



EM 06/04/04
Assessoria de PLENÁRIO

1

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

2^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 4^a LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 25^a
(VIGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 1º DE ABRIL DE 2004.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Benício Tavares e Paulo Tadeu,

SECRETARIA: Deputado João de Deus.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 14 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 3 minutos.



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- Aguinaldo de Jesus (PMDB)
- Anilcéia Machado (PMDB)
- Aríete Sampaio (PT)
- Benício Tavares (PMDB)
- Brunelli (PP)
- Carlos Xavier (PMDB)
- Chico Floresta (PT)
- Chico Leite (PC do B)
- Eliana Pedrosa (PFL)
- Erika Kokay (PT)
- Eurides Brito (PMDB)
- Fábio Barcellos (PFL)
- Gim (PMDB)
- João de Deus (PP)
- Jorge Cauhy (PFL)
- José Edmar (PMDB)
- Leonardo Prudente (PMDB)
- Odilon Aires (PMDB)
- Paulo Tadeu (PT)
- Pedro Passos (PMDB)
- Peniel Pacheco (PSB)
- Wilson Lima (PMDB)

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Benício Tavares):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 – LEITURA DA ATA

- É lida e aprovada, sem observações, a Ata da 24- Sessão Ordinária.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1.2 - COMUNICADOS DA MESA

- **Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2004**, de autoria do Deputado Benício Tavares.
- **Projeto de Lei nº 1.181, de 2004**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Projeto de Lei nº 1.182, de 2004**, de autoria da Deputada Eurides Brito.
- Projeto de Lei nº 1.183, de 2004**, de autoria da Deputada Eurides Brito.
- **Projeto de Lei nº 1.184, de 2004**, de autoria da Deputada Eurides Brito.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 301, de 2004**, de autoria do Deputado Leonardo Prudente.
- **Moção nº 1.190, de 2004**, de autoria do Deputado Gim.
- **Moção nº 1.191, de 2004**, de autoria do Deputado Gim.
- **Moção nº 1.192, de 2004**, de autoria do Deputado Gim.
- **Moção nº 1.193, de 2004**, de autoria do Bloco Independente.
- **Requerimento nº 1.112, de 2004**, dos Deputados João de Deus, José Edmar e Brunelli.
- **Requerimento nº 1.113, de 2004**, do Deputado Chico Floresta.
- **Requerimento nº 1.114, de 2004**, do Deputado Chico Floresta.
- **Requerimento nº 1.115, de 2004**, do Deputado Benício Tavares.
- **Requerimento nº 1.116, de 2004**, do Deputado Benício Tavares.
- **Indicação nº 2.162, de 2004**, de autoria do Deputado Brunelli.
- **Indicação nº 2.163, de 2004**, de autoria do Deputado Leonardo Prudente.
- **Indicação nº 2.164, de 2004**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Indicação nº 2.165, de 2004**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Indicação nº 2.166, de 2004**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **Indicação nº 2.167, de 2004**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Indicação nº 2.168, de 2004**, de autoria do Deputado Benício Tavares.
- **Indicação nº 2.169, de 2004**, de autoria do Deputado Benício Tavares.
- **Indicação nº 2.170, de 2004**, de autoria do Deputado Benício Tavares.
- **Indicação nº 2.171, de 2004**, de autoria do Deputado Benício Tavares.
- **Indicação nº 2.172, de 2004**, de autoria do Deputado Benício Tavares.
- **Indicação nº 2.173, de 2004**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Indicação nº 2.174, de 2004**, de autoria do Deputado Gim.
- **Indicação nº 2.175, de 2004**, de autoria do Deputado Gim.
- **Indicação nº 2.176, de 2004**, de autoria do Deputado Gim.
- **Indicação nº 2.177, de 2004**, de autoria do Deputado Gim.
- **Indicação nº 2.178, de 2004**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Indicação nº 2.179, de 2004**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Indicação nº 2.180, de 2004**, de autoria do Deputado Chico Floresta.
- **Indicação nº 2.181, de 2004**, de autoria do Deputado Chico Floresta.



**CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIOTAVARES**

5

P1G 73/2004
**Projeto de Lei Complementar n° 01/04/04
(Autor : Dep. Benício Tavares - PMDB)**

Assessoria da Plenário

Introduz alterações na Lei 2 174 , de 1998, para conceder às pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, a isenção do IPTU E TLP.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art 1º Dê -se ao art 5º da Lei 2 174 , de 29 de dezembro de 1998 , a seguinte redação , acrescentando-lhe o parágrafo único e renumerando- se os demais:

“ Art 5º São também aplicáveis às pessoas portadoras de deficiência física , visual , mental severa ou profunda , ou autistas, os benefícios previstos no art 3º da Lei n° 1362 , de 30 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único - Para habilitar-se à fruição da isenção , o portador de deficiência física , visual , mental severa ou profunda, ou o autista, deverá apresentar , diretamente ou por intermédio do seu representante legal , requerimento, acompanhado de documentos comprobatórios de sua deficiência, ao Secretário de Estado da Fazenda do Governo do Distrito Federal , através da unidade de sua jurisdição” .

Art 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

É impossível não aplaudir o alcance social da Lei 1 362 , de 1998, que isentou do pagamento de IPTU e TPL as pessoas maiores de 65 anos e que percebem, mensalmente, até dois salários mínimos. Recentemente , foi aprovado o Estatuto do Idoso, que veio ratificar o alcance dessa medida .

Lei como esta eleva e dignifica o nome da Câmara Legislativa, pois esta é a sua vocação maior: legislar em favor da comunidade carente e que mais necessita de apoio por parte do Poder Público.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DE DEPUTADO BENÍCIO TAVARES**

6

Todavia , entendemos que os benefícios previstos na referida lei devem ser estendidos às pessoas portadoras de deficiência física , visual , mental severa ou profunda , ou os autistas, com renda mensal semelhante ao constante no instrumento ao qual pretendemos introduz alterações. Dessa forma , estaremos fazendo justiça àqueles que enfrentam dificuldades financeiras para assegurar o seu provimento , ou estão desempregados ou subempregados.

Como os portadores de deficiência representam menos de 10% da população e destes , possivelmente , apenas 2% sejam proprietários de imóveis , cremos que o Estado , na sua função de promotor da justiça social , possa arcar com esse ônus.

Considerando a alta relevância social de que se reveste a matéria em questão , conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de 2004.

benzo +

Benício Tavares
Deputado Distrital - PMDB



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI PL 1181/2004
(Da Deputada Eliana Pedrosa)

L 1181
Em 01/04/04
Assessoria de Plenário

Veda às empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos do Distrito Federal informar ou registrar inadimplemento de consumidor em bancos de dados e cadastros de consumidores.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
decreta:

Art. 1º É vedado às empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos do Distrito Federal informar ou registrar inadimplemento de consumidor em bancos de dados e cadastros de consumidores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Estamos propondo, mediante a apresentação deste Projeto de Lei, que as empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos essenciais e contínuos, continuem consultando os cadastros e bancos de dados com o legítimo propósito de avaliar o risco envolvido no fornecimento de seus produtos ou serviços, mas que sejam impedidas de inscrever neles o consumidor inadimplente, aumentando, assim, de forma desmedida, seu poder de constrangimento contra o consumidor.

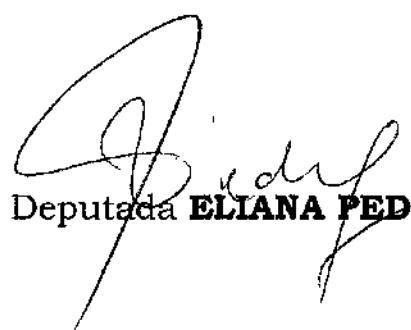
JAL

Entendemos que tais empresas já possuem poder excessivo de constranger o consumidor a obrigar-lo a pagar suas contas em dia, na medida em que têm o arbítrio de interromper o fornecimento de produtos e serviços essenciais à sua existência digna, sendo, portanto, desnecessário conferir-lhes poderes adicionais aos que já possuem.

Ademais, cumpre lembrar que a via judicial sempre estará ao alcance das empresas concessionárias de serviço público para promover a cobrança dos inadimplentes.

Ante ao exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,



Deputada **ELIANA PEDROSA**



9
S 180
01.04.04

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital

Assessoria de Plenário
ito - PMDB

PL 1182 2004
PROJETO DE LEI N° 004
(Autora: Deputada EURIDES BRITO)

Dispõe sobre a utilização dos horários destinados ao recreio, como um espaço de desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes das escolas públicas do Distrito Federal.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Ficam todas as escolas públicas do Distrito Federal obrigadas a elaborar planejamento para o horário de recreio, de forma a utilizá-lo, como espaço de desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes, sem ônus financeiro adicional.

Parágrafo único. O planejamento de que trata o *caput* deste artigo deve ser discutido com a comunidade escolar e integrar o projeto pedagógico da escola.

Art. 2º Podem participar da implementação das atividades voluntários integrantes da comunidade escolar.

Art. 3º Deverá haver uma renovação constante das estratégias, de forma a dinamizar e tornar o recreio um espaço prazeroso para os alunos.

Art. 4º O Poder Público regulamentará esta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no ato de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A formação global do aluno não se limita ao espaço da sala de aula, mas pode ocorrer, em qualquer momento de sua vida.

O recreio é uma oportunidade de socialização, de construção de relações afetivas saudáveis, de desenvolvimento biopsicossocial, de exercício de cidadania. Se bem planejado, permite ao discente dar asas à imaginação criar,



10

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito - PMDB

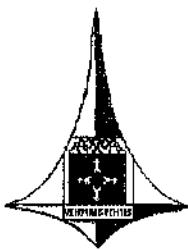
participar, competir; e aos professores, descobrir talentos, valorizá-los, elevar sua auto-estima.

É evidente que o recreio planejado também reduz os confrontos entre os estudantes, que, muitas vezes, têm, como consequência, agressões verbais ou físicas . Contribui para a paz na escuta.

Por tudo isto, encareço a especial atenção e, consequentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, a esta proposta.

Sala das Sessões, em

Deputada **EURIDES BRITO**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital - PMDB

11
Lido
Em 01/04/04
Assessoria de PLENÁRIO

PL 1183 2004
PROJETO DE LEI N° 004
(Autora: Deputada EURIDES BRITO)

Institui o Programa Família na Escola, de ação integrada, nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Família na Escola, em todas as unidades de ensino da rede pública do Distrito Federal.

Art. 2º Constituem objetivos do Programa:

- I - Ampliar a participação dos pais e solidificar ações do Conselho Escolar.
- II - Conscientizar as famílias sobre sua co-responsabilidade na educação dos filhos.
- III - Estimular o envolvimento da comunidade, na gestão escolar; na elaboração, na execução e na avaliação do projeto pedagógico da escola e nas demais ações por ela implementadas.
- IV - Manter as famílias permanentemente informadas sobre o desempenho dos alunos, no que se refere a competências, habilidades, valores e atitudes, definindo-se ações conjuntas para solucionar problemas, quando detectados.
- V - Transformar a escola em pólo de interesse familiar.

Art. 3º O Poder Público regulamentará esta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no ato de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O preceito constitucional contido no art. 205, estabelece, *in verbis*:

"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,



12

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito - PMDB

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

A Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 221, praticamente repete o artigo anteriormente transcrito.

Sabe-se que a ninguém é permitido desconhecer a Lei, mas a realidade é outra e muitas famílias, notadamente as menos esclarecidas, creditam à escola a única e total responsabilidade pela educação de seus filhos.

Independente do aspecto legal, o bom senso, a lógica e o contexto atual demonstram que o ato de educar não pode ser unilateral, sob pena de não alcançar seus objetivos.

Conscientizar os pais sobre o seu papel na sociedade; resgatá-los para o ambiente escolar e torná-los co-responsáveis pelo processo educativo é o objetivo deste Projeto de Lei, fortificando as ações dos Conselhos Escolares.

A propósito, merece ser destacado que, nas escolas em que existe participação efetiva dos familiares dos alunos, o nível de degradação dos prédios e equipamentos (salas, paredes, carteiras etc) reduz-se drasticamente, comprovando a importância de integração das famílias dos alunos com os professores e servidores da administração escolar.

Por tudo isto, encareço a especial atenção e, conseqüentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, a esta proposta.

Sala das Sessões, em

Deputada EURIDES BRITO



13

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital

o - PMDB

PL 1184/2004
PROJETO DE LEI N° 1184/2004
(Autora: Deputada Eurides Brito)



Estabelece normas para a realização de atividades de manutenção e conservação das vias públicas, dos equipamentos instalados nelas, inclusive canteiros e jardins, e dá outras providências.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º As atividades voltadas à manutenção e conservação das vias públicas urbanas e rurais, dos equipamentos instalados nelas e nas suas margens, inclusive canteiros e jardins, deverão ser precedidas de autorização do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, DETRAN-DF, ou Departamento de Estradas e Rodagens do Distrito Federal, DER-DF.

Art. 2º Exetuam-se das autorizações previstas no artigo 1º os casos de emergência, que caracterizam perigo eminente, devendo, entretanto, ser comunicados ao DETRAN-DF ou DER-DF.

Art. 3º O DETRAN-DF ou DER-DF deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes normas para o desenvolvimento de atividades em vias públicas;

I - encaminhamento pelos órgãos que prestam serviços de manutenção e conservação em vias públicas ao órgão, de cronograma de dias e horários das atividades a que se refere o art.1º, evitando, ao máximo, os horários de maior fluxo de veículos, das 07 às 09 horas, das 11 às 13 horas e das 18 às 20 horas, de segundas a sexta-feiras, excetuando-se os feriados.

II - as atividades que necessitam de obstrução total ou parcial do trânsito, nos horários de 07 às 09 horas, das 11 às 13 horas e das 18 às 20 horas, obrigatoriamente, deverão ser acompanhadas por agentes do DETRAN-DF ou DER-DF, ou outros órgãos da segurança pública, competentes ou autorizados para este fim.

Art. 4º O DETRAN-DF ou DER-DF enviará o comunicado aos órgãos que realizam atividades previstas no art. 1º desta lei, para que, em 30 dias, após a publicação desta



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito - PMDB

lei, encaminhem suas solicitações de atividades em vias públicas, com antecedência de dez dias para realização das atividades,

Art. 5º O não cumprimento das exigências estabelecidas nesta lei, por parte dos órgãos públicos ou entidades públicas, sujeitará o infrator às sanções administrativas aplicáveis ao caso, e se for empresa privada, entidades prestadoras de serviços no âmbito do Distrito Federal ou pelo particular, implicará em multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Diariamente, as vias de grande circulação da nossa Capital sofrem grandes congestionamentos do trânsito de veículos, em função da execução de consertos necessários, porém programadas para horários inconvenientes.

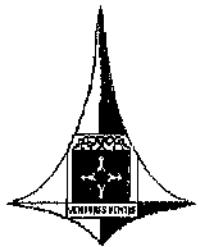
Assim, a renovação da camada asfáltica, a cobertura de buracos, a simples troca de uma lâmpada de iluminação pública ou a poda de uma árvore, entre outros serviços executados no horário do *rush*, dificultam o trânsito, provocando grandes engarrafamentos.

A presente proposição busca regulamentar uma obrigatoriedade constante do Código de Trânsito, definindo horários e dias para as manutenções e conservações de vias públicas, além de estabelecer normas, buscando amenizar congestionamentos e possíveis acidentes, tanto com veículos, como com os prestadores dessas atividades.

A proposição busca equacionar possíveis transtornos, tanto para os motoristas, quanto para os pedestres, ou vias de grande circulação, urbanas e rurais, sobre a administração do DETRAN-DF ou sob a circunscrição do DER-DF.

O Projeto de Lei não cria atribuições para o Poder Executivo, busca sim resguardar a integridade física dos diversos prestadores de serviços, bem como dos condutores de veículos. É uma questão de segurança pública, diante da qual a Câmara Legislativa não pode ficar omisa.

é do cidadão em geral. Eurides Brito



15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito - PMDB

A Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro versa sobre a livre circulação de veículos e pedestres nas vias públicas, e é dever desta Casa zelar pelo bem estar social, criando mecanismos que evitem tal desuso.

Desta forma, conclamo aos nobres pares pela aprovação da proposição ora apresentada.

Sala das Sessões, em

Deputada EURIDES BRITO



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

16
C 100
Em 01/04/04
Assessoria de Plenário

PBL 301/2004

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004.

(Do Deputado LEONARDO PRUDENTE)

Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. José Luiz Clerot.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. José Luiz Clerot

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo conceder ao Dr. José Luiz Clerot o título de Cidadão Honorário de Brasília.

Nascido em Mamanguape, Paraíba, em 9 de março de 1936, filho de Leon Francisco Clerot e Luzia Barbosa Ramalho Clerot. É casado com D.Eloísa Maria Martins Clerot e possui três filhos.

Tornou-se Bacharel em Direito no Rio de Janeiro, na turma de 1964. Concluiu licenciatura pela Universidade Federal de Goiás em 1965 e nos dois anos seguintes participou, já em Brasília, de cursos de extensão em Direito Penal e Penitenciário e de Técnica e Processo Legislativo.

Membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Distrito Federal nos períodos entre 1969 a 1973 e 1977 a 1979; e do Conselho Federal da OAB entre 1975 a 1977 e 1985 a 1987.

Em 1971, foi diretor regional do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal. É membro da *Association Internationale de Droit Penal*, Paris - França.

Foi eleito Deputado Federal, no estado da Paraíba, pela primeira vez, em 1991; sendo reeleito em 1995. Em 2000 exerceu o mandato como suplente.



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

17

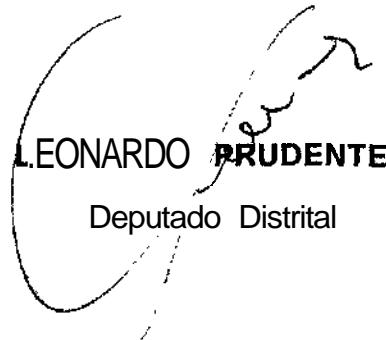
Exerceu, ao longo de seus mandatos as seguintes atividades partidárias: foi titular da Comissão de Estudos e Projetos sobre a Reforma Eleitoral e Partidária do PMDB, em 1993; foi vice-líder do PMDB de 1993 a 1998; foi vice-líder do bloco PMDB/PSD/PSL/PSC, entre 1996 e 1998.

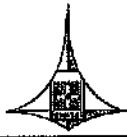
Foi oficial de gabinete do Ministro da Educação e Cultura no período de 1957 a 1960; oficial e subchefe de gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social, em 1963; oficial de gabinete da Presidência da República, 1963/1964; assessor de assuntos legislativos do Ipase, em 1965; professor da fundação educacional do Distrito Federal e professor de Instituições de Direito Público, Privado e Penal. Foi, também, Ministro do Superior Tribunal Militar entre 1986 e 1988.

O Dr. José Luiz Cierot recebeu, ao longo de sua vida, inúmeras condecorações, a saber: Medalha do Mérito Judiciário - 1954; Ordem do Mérito Judiciário Militar - 1978; Diploma e Medalha de Honra ao Mérito ao Trabalho em Prol de Brasília, Clube dos Pioneiros - 1987; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - 1987; Medalha de Pacificador, Ministério do Exército - 1987; Ordem de Rio Branco, Grande-Oficial e Comendador, Presidência da República - 1988 e 1989; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Epitácio Pessoa, Grande-Oficial, 1991; Diploma por relevantes serviços prestados, OAB-DF, 1992; Mérito Partidário, PMDB-1993; Mérito Juiz Classista - 1993; Cidadão de Lucena, Riointense, Picuise, Pombalense - Paraíba - 1994; Honra ao Mérito pela participação nas decisões políticas do Brasil, PMDB - 2000.

Pelas razões acima, peço apoio aos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em de de 2004.


LEONARDO PRUDENTE
Deputado Distrital



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Gim Argel

18
01/04/09
Assessoria de Plenário

MOÇ 1190 /2004
MOÇÃO N em 2004
(Do Deputado **Gim Argel**)

Apresenta Votos de Louvor ao Sindicato dos Corretores de **Seguros**, Empresas Corretoras de **Seguros**, Capitalização e Previdência Privada no Distrito Federal - SINCOR, pela **realização** do 13º Congresso Nacional dos Corretores de Seguros e o 20º Congresso **Panamericano** de Produtores de Seguros.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro no art. 144 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito **Federal**, solicita a esta Casa, que apresente Votos de Louvor ao Sindicato dos Corretores de **Seguros**, Empresas Corretoras de Seguros, Capitalização e Previdência Privada no Distrito **Federal**, pela **realização** do 13º Congresso Nacional dos Corretores de Seguro e o 20º Congresso **Panamericano** de Produtores de **Seguros**.

WJ



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

19

JUSTIFICAÇÃO

O 13º Congresso Nacional dos Corretores de Seguros e o 20º Congresso **Panamericano** de Produtores de **Seguro**, foi realizado em **Brasília, no Distrito Federal**, no mês de março do corrente ano.

O Sindicato dos Corretores de Seguros, Empresas Corretoras de Seguros, Capitalização e Previdência Privada no Distrito Federal está de parabéns através do seu Presidente Eliseu Augusto de Oliveira, que apoiou e **realizou** esse importante evento para a categoria, onde um dos **objetivos** do Congresso foi a "Competência dos Corretores de Seguro", enaltecendo essa classe trabalhadora no Brasil e na **América**.

Por esse importante evento **nacional** e **internacional**, que manifestamos votos de louvor e parabenizamos o Sindicato dos Corretores de Seguros, Empresas Corretoras de Seguros, Capitalização e Previdência Privada no Distrito Federal, onde submetemos a presente moção aos nobres pares, esperamos sua **aprovação**.

Sala das **Sessões**,



Deputado **GIM ARGELLO**

20



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

Em

01/04/04

Assessoria de Plenário

MOÇÃO N° MOÇ 1191/2004 em 2004

(Do Deputado **Gim Argello**)

Apresenta Votos de Louvor a Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados, de **Capitalização**, de **Previdência Privada** e das Empresas Corretoras de **Seguros**, pela realização do 13º Congresso Nacional dos Corretores de Seguros e o 20º Congresso **Panamericano** de Produtores de **Seguros**.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro no **art.** 144 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito **Federal**, solicita a esta **Casa**, que apresente Votos de Louvor a Federação Nacional dos Corretores de Seguros **Privados**, de **Capitalização**, de **Previdência Privada** e das Empresas de Corretoras de Seguros pela realização do 13º Congresso Nacional dos Corretores de Seguro e o 20º Congresso Panamericano de Produtores de Seguros.

[Handwritten signature]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

JUSTIFICAÇÃO

O 13º Congresso Nacional dos Corretores de Seguros e o 20º Congresso Panamericano de Produtores de Seguro, foi realizado em Brasília, no Distrito Federal, no mês de março do corrente ano.

A Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados, Capitalização, de Previdência Privada e das Empresas Corretoras de Seguros está de parabéns através do seu Presidente Armando Virgilio, que apoiou e realizou esse importante evento para a categoria, onde um dos objetivos do Congresso foi a "Competência dos Corretores de Seguro", enaltecendo essa classe trabalhadora no Brasil e na América.

Por esse importante evento nacional e internacional, que manifestamos votos de louvor e parabenizamos a Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados, de Capitalização, de Previdência Privada e das Empresas Corretoras de Seguros, onde submetemos a presente moção aos nobres pares, esperamos sua aprovação.

Sala das Sessões,

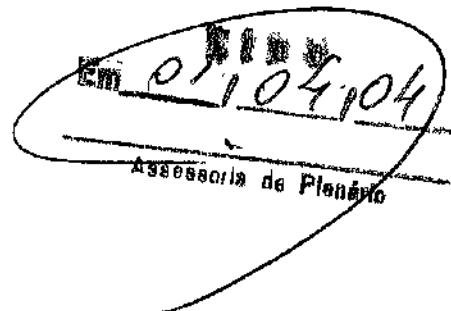
Deputado GIMARTELLO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado **Distrital Gim**

22

MOÇÃO N° MOÇ 1182 /2004
E 2004.
(Do Deputado Gim Argello)

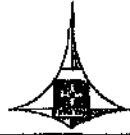


Manifesta **Votos de Louvor e Parabeniza o Senhor AUGUSTO DE BARCELLOS WILLER**, Venerável Mestre da Loja Maçónica ESTRELA DE BRASÍLIA, pelos relevantes serviços prestados à população carente do Distrito **Federal**.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

*Com fulcro no art 144 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito **Federal**, solicito que esta Casa manifeste Votos de Louvor e Parabenize o Senhor AUGUSTO DE BARCELLOS **WILLER**, Venerável Mestre da Loja Maçónica ESTRELA DE BRASÍLIA, pelos relevantes serviços prestados à população carente do Distrito Federal*

WJ



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

93

JUSTIFICAÇÃO

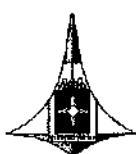
O objetivo desta Moção é manifestar votos de louvor e parabenizar o Senhor **AUGUSTO DE BARCELLOS WILLER**, Venerável Mestre da Loja Maçônica **ESTRELA DE BRASÍLIA** pelos relevantes serviços prestados à população carente do Distrito **Federal**.

A Loja Maçônica **ESTRELA DE BRASÍLIA** é uma entidade sem fins lucrativos que congrega homens de bons costumes e pratica filantropia nas comunidades carentes do Distrito **Federal**. O Presidente desta importante **instituição**, **AUGUSTO DE BARCELLOS WILLER**, juntamente com seus membros realizam um excelente trabalho social amenizando o sofrimento de pessoas menos **favorecida**.

Os motivos são suficientes para que essa Casa parabenize o Senhor **AUGUSTO DE BARCELLOS WILLER**, e a **Loja** Maçônica **ESTRELA DE BRASÍLIA**, por **isso**, que apresento essa Moção de Louvor, onde conto com o apoio dos **meus par es**.

Sala das **Sessões**,

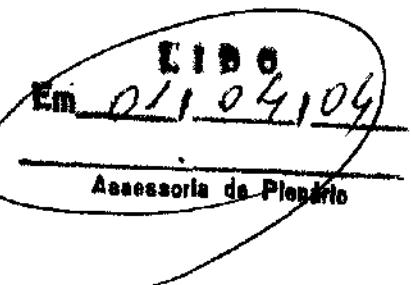

Deputado **GIMARTELLO**



gk

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇ 1193 /2004
MOÇÃO N _____ / 2004
(Do BLOCO INDEPENDENTE)



Solicita à Câmara Legislativa do Distrito Federal encaminhamento de manifestação ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Tarso Genro, sugerindo à reabertura de novas inscrições para o Programa de Financiamento Estudantil - Fies.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do Art. 144 do Regimento Interno desta Casa, propomos aos Nobres Pares moção ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Tarso Genro, sugerindo à reabertura de novas inscrições para o Programa de Financiamento Estudantil - Fies.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo reivindicar ao Excelentíssimo Ministro da Educação, Tarso Genro, apoio quanto à reabertura de novas inscrições para o Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

O jornal Correio Braziliense publicou no caderno Gabarito, Ensino Superior, do dia 30 de março do corrente ano, matéria na qual o Ministério da Educação decidiu suspender o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) devido à implementação do programa Universidade para Todos, prevista para junho, sendo, que o novo programa de bolsas, seria concedidas no ensino privado em troca de redução de impostos.

Segundo o MEC, a retomada das vagas do Fies só deve acontecer depois do início do novo programa, porque, primeiro, é preciso saber quanto se vai gastar. Para o Ministro da Educação, Tarso Genro, a abertura de vagas para o Fies "vai depender do funcionamento do novo Programa".



25

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O jornal O Globo, também, destacou no caderno O País, de boje, 31 de março de 2004, que o Fies será substituído por projeto que troca bolsas em universidades privadas por isenção fiscal, e consequentemente o Fies seria desativado.

O Fies foi criado em 1999, pelo Ministério da Educação (MEC), para substituir o antigo Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDUC). Desde então, já foram feitos 276.288 contratos. Destes, 4.296 já foram liquidados.

O Fies financia até 70% do valor da mensalidade. Geralmente, oferece novas vagas duas vezes por ano e os contratos são renovados a cada seis meses. No semestre passado, o governo abriu 70 mil vagas. O Fies destina-se a estudantes sem condições para arcar com os custos de sua formação, que estejam regularmente matriculados.

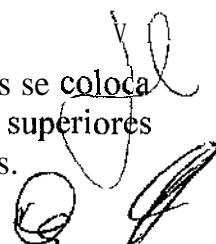
Hoje, cerca de um milhão de estudantes brigam por uma das vagas do Fies. Segundo o Ministério, mais de 218 mil universitários têm ou já tiveram os estudos financiados pelo governo. Para se candidatar ao programa, os estudantes devem estar regularmente matriculados em uma das 1.305 instituições de ensino superior particulares cadastradas no Fies e avaliadas positivamente no Provão do MEC.

Sem dúvida, a proposta vem a sancionar o processo de expansão do ensino superior privado ocorrido nos últimos anos. Temos hoje um sistema privado que é maior e muito melhor do que há dez anos, um sistema que, além disso, interiorizou-se bastante.

A racionalidade económica de curto prazo da proposta é inquestionável: é mais barato para o governo comprar vagas em instituições privadas do que criar o mesmo número delas nas universidades federais. Uma série de razões explica o porquê dessa diferença de custos, sendo as mais relevantes vinculadas ao número de horas-aula e aos sistemas de carreira e de aposentadoria dos professores das entidades públicas.

Ora à luz dessas evidências, o governo federal não pode se apartar da estratégia de permitir o crescimento do ensino superior mediante um processo de oferecer à sociedade informações objetivas e transparentes sobre o sistema para permitir que as escolhas da sociedade exerçam, de fato, o controle social sobre as instituições.

Na realidade, ao contrário do pretendido, com essas medidas se coloca um importante freio ao processo de melhoria da qualidade dos cursos superiores no ensino brasileiro, estatizando as vagas nas universidades particulares.





26

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O Fies é, atualmente, o Programa de Governo que apresenta o maior nível tecnológico. Todas as operações do processo seletivo, iniciando-se pela adesão das instituições de ensino, passando pela inscrição dos estudantes e divulgação dos resultados e entrevistas são realizados pela Internet.

Esta modernidade representa comodidade e facilidade para todos os seus participantes. Isso além de garantir a confiabilidade necessária a todo o processo, vai ao encontro da missão da Caixa Económica de dar maior efetividade às políticas públicas do Governo Federal.

Os critérios de seleção, imparciais e objetivos, trouxeram transparência ao Programa, que tem como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes de situação econômica menos privilegiada.

Portanto, nossa intenção é de solicitarmos ao Excelentíssimo Ministro da Educação, Tarso Genro, a revisão da decisão, daquele Ministério, quanto à reabertura de novas inscrições para o Fies.

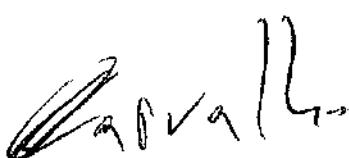
A manutenção do Fies será um passo importante para a democratização do acesso à educação de qualidade, a fim de propiciar ao maior número possível de estudantes a permanência e a conclusão do ensino superior, contribuindo na formação dos líderes que conduzirão o futuro deste país.

Dante do exposto, conclamamos os Nobres Parlamentares desta Casa para que aprovem a presente Moção.

Sala das Sessões, em



PENIEL PACHECO
Deputado Distrital - PSB

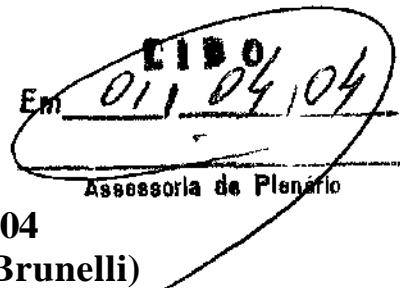


AUGUSTO CARVALHO
Deputado Distrital - PPS



CHICO LEITE
Deputado Distrital - PC do B

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



REQUERIMENTO N.º 1112 /2004 DE 2004
(Dos Deputados: João de Deus, José Edmar e Brunelli)

Requerem o apensamento do PLC n.º 30/03 ao PLC n.º 25/03, por tratarem de matéria correlata.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Com fundamento no art. 154, do Regimento Interno desta Casa, requeremos a Vossa Excelência o apensamento do **PLC n.º 30/03**, que "Fica revogado o §3º do art. 2º da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000 e dá outras providências", do nobre Deputado Brunelli, ao **PLC n.º 25/03**, que "Dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento de combustíveis em áreas ocupadas por hiper e supermercados no Distrito Federal", de minha iniciativa, por tratarem de matéria correlata.

JUSTIFICAÇÃO

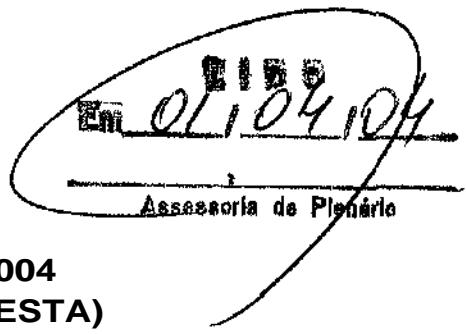
As proposições em apreço tratam de matéria correlata: a extensão de uso de áreas de supermercados para construção de postos de abastecimento. O apensamento em pauta foi acordado na reunião da CAF, de 31/03/04.

Sala das Sessões, em de março de 2004

Deputado **JOÃO DE DEUS**

Deputado **JOSE EDMAR**

Deputado **BRUNELLI**



RQ 1113/2004
REQUERIMENTO A , DE 2004
(Do Deputado Distrital CHICO FLORESTA)

*Requer a retirada do
PDL 218/1999.*

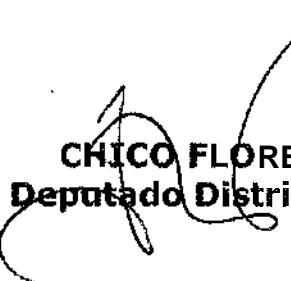
**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa
do Distrito Federal,**

Com fulcro no art. 145, VII, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a retirada do Projeto de Decreto Legislativo de nº 218, de 1999, de minha autoria.

JUSTIFICAÇÃO

A retirada da Proposição, que ora se requer, considera a existência do Decreto Legislativo nº 442, de 1999, de teor similar, também de minha autoria.

Sala das Sessões, em


CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT



29

Em 01/04/04
Assessoria da Presidência

REQUERIMENTO N.º RQ 1114/2004, DE 2004
(Do Senhor Deputado **CHICO FLORESTA**)

Solicita informações ao Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Tecnológico sobre a implantação do Parque Capital Digital, em área próxima à Granja do Torto e ao Parque Nacional.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 40, f, a, do Regimento Interno, seja solicitado ao Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Tecnológico do Distrito Federal as informações relacionadas a seguir, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às providências adotadas para a implantação do parcelamento denominado Parque Capital Digital, em área próxima à Granja do Torto e ao Parque Nacional, conforme divulgado à imprensa local:

- a) qual a poligonal do empreendimento, com sua indicação em planta;
- b) cópia autêntica da respectiva certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;
- c) quais procedimentos relativos ao licenciamento ambiental foram cumpridos e, no caso de expedidas as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, encaminhar cópias das mesmas;
- d) cópia do projeto urbanístico aprovado pelo CONPAN - Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal bem como a respectiva cópia da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, da ATA da Reunião Conselho, com a relação dos presentes a votação;
- e) memorial descritivo do parcelamento contendo enumeração dos lotes, com limitações relativas ao uso e às construções, e dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública e das áreas públicas que passarão ao domínio do Distrito Federal;
- f) qual o Decreto de aprovação do loteamento e daí de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal;
- g) cópia autêntica do ato de encaminhamento do pedido de registro imobiliário junto ao Cartório de Registro de imóveis competente.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos dias, vem sendo veiculado, na imprensa local, que o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Tecnológico, estaria adotando medidas para implantação de empreendimento denominado "Parque Capital Digital".



Segundo o Secretário, o empreendimento começa a ser implantado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme matéria veiculada no Jornal de Brasília, edição do dia 11/02/2004, e em entrevista à emissora de rádio CBN.

O empreendimento situa-se próximo à Granja do Torto, limítrofe ao Parque Nacional, área de alta sensibilidade ambiental, exigindo que medidas necessárias no sentido de minimizar os impactos ambientais decorrentes do empreendimento.

Ocorre que, pelo que se infere da matéria, a Licença Prévia teria sido expedida antes mesmo da realização do Estudo Prévio do Impacto Ambiental (EPIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o que contrariaria a legislação ambiental vigente.

O EPIA/RIMA deve contemplar todas as alternativas de localização do projeto, confrontando-as, inclusive, com a hipótese de não execução do mesmo.

O presente Requerimento tem como objetivo levantar os dados oficiais, para que se afaste de vez qualquer irregularidade por violação às normas ambientais vigentes, face à competente atuação fiscalizadora do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, de março de 2004.

A handwritten signature in black ink is placed over a typed name and title. The typed text reads "CHICO FLORESTA" in bold capital letters, followed by "Deputado Distrital - PT" in a smaller font. The signature is fluid and cursive, appearing to read "Chico Floresta".

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES

31

KIND
Em 01/04/04

Assessoria de Planejamento

REQUERIMENTO N^º 1115 /2004 /2004.
(Do Dep. Benício Tavares)

**Requer a retirada de tramitação da Indicação
nº 2 098, de 2004.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art.136 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a retirada de tramitação da Indicação nº 2 098, de 2004, de minha autoria.

JUSTIFICAÇÃO

A retirada da Indicação acima mencionada ampara-se no art.136 do Regime Interno desta Casa Legislativa o qual estabelece que a proposição poderá ser retirada mediante requerimento de seu autor.

Sala das Comissões, em de 2004.


BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL - PMDB



32

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES

REQUERIMENTO N° RQ 1116 /2004

/2004.

(Do Dep. Benício Tavares)

Assessoria de PLENÁRIO

01/04/04

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 1 135, de 2004, com o Projeto de Lei nº 471, de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

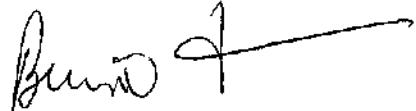
Com base no art.154 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 1 135, de 2004, com o Projeto de Lei nº 471, de 2003.

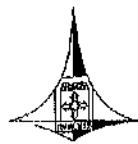
JUSTIFICAÇÃO

As proposições em epígrafe tratam de matéria correlata, embora de forma distinta: o PL nº 1 135, de 2003, de autoria do Deputado Chico Floresta, "dispõe sobre os níveis máximos de radiação decorrente de torres de telefonia móvel em logadouros públicos e residências no Distrito Federal e dá outras providências". O Projeto de Lei nº 471, de 2003, de minha autoria "obriga as empresas operadoras de serviços de telefonia celular do Distrito Federal a divulgar os índices de poluição eletromagnética".

Consultando o Sistema Legis, verifica-se que as proposições não enfrentam impedimento regimental para serem analisadas conjuntamente, razão pela qual solicitamos o apensamento em destaque.

Sala das Comissões, em de 2004.


BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL - PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTITAL BRUNELLI

1HD 2162 /2004

INDICAÇÃO N.º 2004
(Do Sr. Deputado Brunelli)

1109
Em 01/04/04
Assessoria de Plenário

**Sugere ao Poder Executivo que
apresente Projeto de Lei
reestruturando os vencimentos da
Carreira de Assistência Pública em
Serviços Sociais.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo que apresente Projeto de Lei reestruturando os vencimentos da Carreira de Assistência Pública em Serviços Sociais.

JUSTIFICAÇÃO

Os ocupantes da Carreira de Assistência Pública em Serviços Sociais desempenham atividades relevantes, no tocante à execução de políticas voltadas para o desenvolvimento social, valorização da juventude e do idoso do Distrito Federal.

Reconhecendo assim, a importância desse segmento de servidores, em face da relevância de suas funções que refletem em toda a sociedade brasiliense, e, pretendendo propiciar a valorização do servidor público, meta primordial desse Governo, pedimos a esse Poder, que encaminhe Projeto de Lei a esta Casa, reestruturando os vencimentos dessa categoria, a exemplo do que ocorreu com a maioria das carreiras do GDF.

Sala das Sessões, em

BRUNELLI
Deputado Distrital • PP



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

INDICAÇÃO IND 2163 /2004 04.
(Do Sr. Deputado Leonardo Prudente)

LIBERADO
EM 01/10/2004
Assessoria de PLENÁRIO

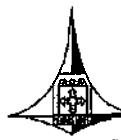
Sugere à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a construção de quadra poliesportiva em Taquara, Núcleo Rural de Planaltina-DF.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do Art. 143 do seu Regimento Interno, sugere à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a construção de quadra poliesportiva em Taquara, núcleo rural de Planaltina-DF.

JUSTIFICAÇÃO

A sugestão ora apresentada visa atender ao pleito da comunidade de Taquara - núcleo rural de Planaltina/DF.

A prática de qualquer modalidade esportiva garante a todos, independente da idade, uma melhor qualidade de vida, pois propicia saúde e bem-estar. Além disso, o esporte retira o jovem não só da ociosidade, bem como também, da marginalidade oferecendo uma melhoria nas condições de vida da população.



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

35

Ressalte-se que a mencionada área está situada ao lado de uma escola que, juntamente com toda a comunidade, poderá utilizar o espaço para as atividades de recreação.

A Lei Orgânica prevê que o Governo do Distrito Federal implementará políticas de desenvolvimento urbano, com objetivo de ordenar “ o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar social de seus habitantes ”.

Portanto, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal que execute medidas tendentes a providenciar, com a maior brevidade possível, a construção de uma quadra poliesportiva na Rua 1 lote 08 , Taquara - Núcleo Rural de Planaltina/DF.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2004.


LEONARDO PRUDENTE
Deputado Distrital



36

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eliana Pedrosa

INDICAÇÃO IND 2184/2004
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

REC 01/04/04
Assessoria de Plenário

Sugere à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras a montagem dos abrigos de ônibus da área rural do Sarandi, na Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras a montagem dos abrigos de ônibus da área rural do Sarandi, na Região Administrativa de Planaltina - RA VI.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A presente Indicação tem por finalidade sugerir à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, a montagem dos abrigos de ônibus da região do Núcleo Rural do Sarandi, em Planaltina, que já se encontram nos respectivos locais, necessitando apenas, serem instalados.

O atendimento de tal sugestão viria propiciar aos moradores do Núcleo Rural do Sarandi melhor conforto e segurança, protegendo-os contra as intempéries enquanto aguardam o transporte coletivo.

3*

Considerando a necessidade e justo o pleito daquela **comunidade**, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2004.

Eliana Pedrosa
Deputada Distrital
Líder do PFL

cmp.-



38

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eliana Pedrosa

INDICAÇÃO IND 2185/2004
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

01/04/04
Assessoria de Plenário

Sugere à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras a implantação de uma quadra de esportes na área rural do Sarandi, na Região Administrativa de Planaltina - RA VL

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras a implantação de uma quadra de esportes na área rural do Sarandi, na Região Administrativa de Planaltina – RA VL

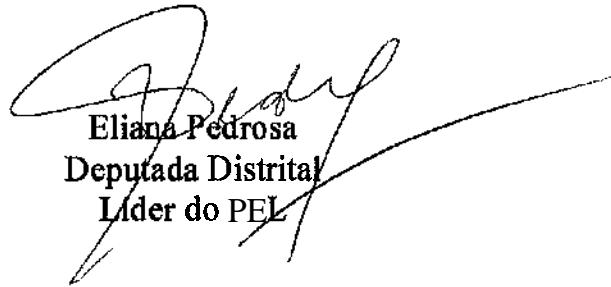
J U S T I F I C A Ç Ã O

Os moradores do Núcleo Rural do Sarandi, em Planaltina, ressentem-se de um local adequado onde as crianças, jovens e adultos possam praticar esportes e dispor de uma área de lazer, motivo pelo qual apresentamos a presente Indicação à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, sugerindo a implantação de uma quadra de esportes naquela região.

O atendimento de tal sugestão viria ao encontro de uma das necessidades básicas dos moradores do Núcleo Rural do Sarandi, propiciando-lhes melhor conforto e qualidade de vida.

Considerando a necessidade e justo o pleito daquela **comunidade**, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em de 2004.



Eliana Pedrosa
Deputada Distrital
Líder do PEL

cmp



40

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eliana Pedrosa

INDICAÇÃO
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

IND 2166 /2004

Em

01/04/04

Assessoria de Planejamento

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, providências no sentido de terminar as obras de pavimentação asfáltica e urbanização das ruas e avenidas de Sobradinho II - RA XXVI.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, providências no sentido de terminar as obras de pavimentação asfáltica e urbanização das ruas e avenidas de Sobradinho II - RA XXVI.

J U S T I F I C A Ç Ã O

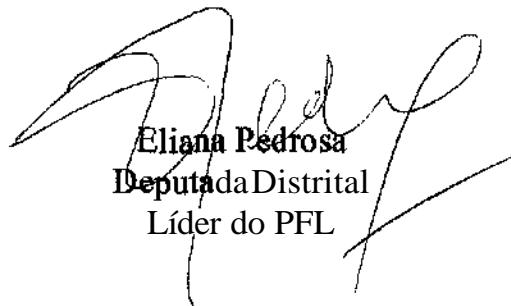
A pavimentação asfáltica e a urbanização de Sobradinho II foi iniciada pela Secretaria de Infra-Estrutura e Obras, e em várias ruas e avenidas daquela região administrativa o serviço não chegou a ser completado.

Em razão disso, a população ainda padece com a lama que se forma em razão das fortes chuvas, ocasionando diversos transtornos aos motoristas e moradores que transitam diariamente por aquelas vias.

41

Diante do exposto, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2004.



Eliana Pedrosa
Deputada Distrital
Líder do PFL

cmp



12

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eliana Pedrosa

INDICAÇÃO IND 2167/2004
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

C I D O
Em 01/04/04
Assessoria de Plenário

Sugere à Administração Regional de Ceilândia a reforma da Praça do Cidadão, localizada na QNM 18/20, da RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere à Administração Regional de Ceilândia a reforma da Praça do Cidadão, localizada na QNM 18/20, da RA IX.

J U S T I F I C A Ç Ã O

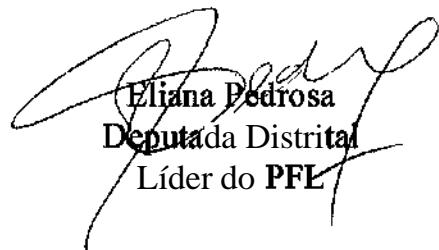
A Praça do Cidadão, localizada entre as Quadras QNM 18 e 20, em Ceilândia, encontra-se completamente abandonada. Desde a sua inauguração não recebeu nenhuma espécie de manutenção, estando com seus brinquedos quebrados e a quadra de esporte necessitando urgente de uma reforma.

A referida praça, digna de orgulho de toda a população de Ceilândia, é um amplo e agradável espaço tanto para crianças quanto para jovens, adultos e idosos, que a utilizavam para o lazer, cultura e a prática de esportes, o que se tornou inviável em decorrência da precária situação em que a mesma se encontra.

O atendimento da presente proposição viria contribuir para o resgatar aquele espaço público e devolver à população sua área de encontros e lazer.

Por se tratar de uma justa reivindicação daquela **comunidade**,
conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente
proposição.

Sala das Sessões, em de 2004.



Eliana Pedrosa
Deputada Distrital
Líder do PFL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES

44

IND 2168 /2004

INDICAÇÃO N_____/2004:
(Do Dep. Benício Tavares)

LID 6
Em 01/04/04
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo , através da Secretaria de Infra- Estrutura e Obras , a realização de obras de saneamento básico e asfaltamento no Pólo de Modas do Guará , RA X.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL , nos termos do art.143 do seu Regimento Interno , sugere ao Poder Executivo , através da Secretaria de Infra- Estrutura e Obras , a realização de obras de saneamento básico e asfaltamento no Pólo de Modas do Guará , RA X.

JUSTIFICAÇÃO

Veio ao nosso gabinete pleito do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal , entidade sindical que representa , de fato e de direito , esse segmento na Capital Federal , sendo filiado à Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA) .

Tal pleito objetiva solicitar nosso apoio, no sentido de mobilizar e sensibilizar o Poder Executivo para a adoção de medidas , a curto prazo , que viabilizem ações de melhoria voltadas para aquele setor, com destaque para obras de saneamento básico e asfaltamento.

Das 426 empresas que deveriam estar funcionando naquele Pólo , 33,57% estão em obras , 21,6 % estão concluídas, mas encontram-se de portas fechadas e 18,31% dos lotes ainda estão vazios , o que é comprovado por meio de pesquisa, realizada pelo IEL/DF, anexada a essa proposição.

As empresas que poderiam gerar mais emprego e renda para o Distrito Federal e que, após cumprirem todas as exigências do PRÓ -DF, implantaram-se no referido Pólo , estão sendo obrigadas a encerrar suas atividades por terem sido alvo de assaltos por inúmeras vezes , perdendo seus produtos e maquinários , além de estarem sofrendo queda de energia constante no local.



45

**CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES**

Por todo o exposto , conto com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação dessa proposição , a fim de que possam ser agilizadas as melhorias indispensáveis ao desenvolvimento do setor de vestuário do Distrito Federal.

Sala das Comissões, em de 2004.


**BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL - PMDB**



46

**CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES**

IND 2169 /2004

**INDICAÇÃO N _____ /2004.
(Do Dep. Benício Tavares)**

11/04/04
Assessoria de Planejamento

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal , a colocação de placas de sinalização das quadras do Pólo de Modas do Guará , RA X.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL , nos termos do art.143 do seu Regimento Interno , sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal , a colocação de placas de sinalização das quadras do Pólo de Modas do Guará , RA X.

JUSTIFICAÇÃO

Veio ao nosso gabinete pleito do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal , entidade sindical que representa , de fato e de direito , esse segmento na Capital Federal , sendo filiado à Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA) .

Tal pleito objetiva solicitar nosso apoio, no sentido de mobilizar e sensibilizar o Poder Executivo para a adoção de medidas , a curto prazo , que viabilizem ações de melhoria voltadas para aquele setor, com destaque para obras de saneamento básico e asfaltamento.

Das 426 empresas que deveriam estar funcionando naquele Pólo , 33,57% estão em obras , 21,6 % estão concluídas, mas encontram-se de portas fechadas e 18,31% dos lotes ainda estão vazios , o que é comprovado por meio de pesquisa, realizada pelo IEL/DF, anexada a essa proposição.

As empresas que poderiam gerar mais emprego e renda para o Distrito Federal e que, após cumprirem todas as exigências do PRÓ -DF, implantaram-se no referido Pólo , estão sendo obrigadas a encerrar suas atividades por terem sido alvo de assaltos por inúmeras vezes , perdendo seus produtos e maquinados , além de estarem sofrendo queda de energia constante no local.



47

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES

Por todo o exposto , conto com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação dessa proposição , a fim de que possam ser agilizadas as melhorias indispensáveis ao desenvolvimento do setor de vestuário do Distrito Federal.

Sala das Comissões, em de 2004.

BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL - PMDB



48

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES**

INDICAÇÃO N° 2170/2004 /2004.
(Do Dep. Benício Tavares)

2170
Em 01/04/04

Assessoria de Poderes

Sugere ao Poder Executivo , através da Secretaria de Estado de Segurança, a elaboração de um plano de segurança para o Pólo de Modas do Guará , RA X.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL , nos termos do art.143 do seu Regimento Interno , sugere ao Poder Executivo , através da Secretaria de Segurança, a elaboração de um plano de segurança para o Pólo de Modas do Guará , RA X,

JUSTIFICAÇÃO

Veio ao nosso gabinete pleito do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal , entidade sindical que representa , de fato e de direito , esse segmento na Capital Federal , sendo filiado à Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA) .

Tal pleito objetiva solicitar nosso apoio, no sentido de mobilizar e sensibilizar o Poder Executivo para a adoção de medidas , a curto prazo , que viabilizem ações de melhoria voltadas para aquele setor, com destaque para obras de saneamento básico e asfaltamento.

Das 426 empresas que deveriam estar funcionando naquele Pólo , 33,57% estão em obras , 21,6 % estão concluídas, mas encontram-se de portas fechadas e 18,31% dos lotes ainda estão vazios , o que é comprovado por meio de pesquisa, realizada pelo IEL/DF, anexada a essa proposição.

As empresas que poderiam gerar mais emprego e renda para o Distrito Federal e que, após cumprirem todas as exigências do PRÓ -DF, implantaram-se no referido Pólo , estão sendo obrigadas a encerrar suas atividades por terem sido alvo de assaltos por inúmeras vezes , perdendo seus produtos e maquinários , além de estarem sofrendo queda de energia constante no local.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES**

49

Por todo o exposto , conto com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação dessa proposição , a fim de que possam ser agilizadas as melhorias indispensáveis ao desenvolvimento do setor de vestuário do Distrito Federal.

Sala das Comissões, em de 2004.

**BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL - PMDB**



50

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES

IND 2171/2004
INDICAÇÃO N 2004 /2004. g_m 01/04/04
(Do Dep. Benício Tavares)

CEB
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo , através da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB a realização de obras de eletrificação no Pólo de Modas do Guará , RA X.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL , nos termos do art.143 do seu Regimento Interno , sugere ao Poder Executivo , através da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB a realização de obras de eletrificação no Pólo de Modas do Guará , RA X.

JUSTIFICAÇÃO

Veio ao nosso gabinete pleito do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal , entidade sindical que representa , de fato e de direito , esse segmento na Capital Federal , sendo filiado à Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA) .

Tal pleito objetiva solicitar nosso apoio, no sentido de mobilizar e sensibilizar o Poder Executivo para a adoção de medidas , a curto prazo , que viabilizem ações de melhoria voltadas para aquele setor, com destaque para obras de saneamento básico e asfaltamento.

Das 426 empresas que deveriam estar funcionando naquele Pólo , 33,57% estão em obras , 21,6 % estão concluídas, mas encontram-se de portas fechadas e 18,31% dos lotes ainda estão vazios , o que é comprovado por meio de pesquisa, realizada pelo IEL/DF, anexada a essa proposição.

As empresas que poderiam gerar mais emprego e renda para o Distrito Federal e que, após cumprirem todas as exigências do PRÓ -DF, implantaram-se no referido Pólo , estão sendo obrigadas a encerrar suas atividades por terem sido alvo de assaltos por inúmeras vezes , perdendo seus produtos e maquinários , além de estarem sofrendo queda de energia constante no local.



51

**CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES**

Por todo o exposto , conto com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação dessa proposição , a fim de que possam ser agilizadas as melhorias indispensáveis ao desenvolvimento do setor de vestuário do Distrito Federal.

Sala das Comissões, em de 2004.

**BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL - PMDB**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES**

59

IND 2172/2004

IND 2172/2004

(Do Dep. Benício Tavares)

/2004

01/04/04

卷之三

Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo , através da Secretaria de Estado de Transportes , a criação de linhas de transporte para o Pólo de Modas do Guará , RA X.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL , nos termos do art.143 do seu Regimento Interno , sugere ao Poder Executivo , através da Secretaria de Estado de Transportes, a criação de linhas de transporte para o Pólo de Modas do Guará , RA X.

JUSTIFICAÇÃO

Veio ao nosso gabinete pleito do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal , entidade sindical que representa , de fato e de direito , esse segmento na Capital Federal , sendo filiado à Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA) .

Tal pleito objetiva solicitar nosso apoio, no sentido de mobilizar e sensibilizar o Poder Executivo para a adoção de medidas, a curto prazo, que viabilizem ações de melhoria voltadas para aquele setor, com destaque para obras de saneamento básico e asfaltamento.

Das 426 empresas que deveriam estar funcionando naquele Pólo , 33,57% estão em obras , 21,6 % estão concluídas, mas encontram-se de portas fechadas e 18,31% dos lotes ainda estão vazios , o que é comprovado por meio de pesquisa, realizada pelo IEL/DF, anexada a essa proposição.

As empresas que poderiam gerar mais emprego e renda para o Distrito Federal e que, após cumprirem todas as exigências do PRÓ -DF, implantaram-se no referido Pólo , estão sendo obrigadas a encerrar suas atividades por terem sido alvo de assaltos por inúmeras vezes , perdendo seus produtos e maquinários , além de estarem sofrendo queda de energia constante no local.



53

CÂMARÁLEGISLATIVADODISTRITOFEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES

Por todo o exposto , conto com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação dessa proposição , a fim de que possam ser agilizadas as melhorias indispensáveis ao desenvolvimento do setor de vestuário do Distrito Federal.

Sala das Comissões, em de 2004.



BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL - PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eliana Pedrosa

g4

IND 2173/2004

CEB

01/04/04

INDICAÇÃO

(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

Assessoria de Plenário

Sugere à Companhia Energética de Brasília - CEB, a instalação de luminárias nos postes já instalados nas **localidades** de Engenho Velho e Bananal, da FERCAL, e a implantação de iluminação pública nos becos de Sobradinho, na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.

A Câmara Legislativa do Distrito **Federal**, nos termos do **art.** 143 do seu Regimento **Interno**, sugere à Companhia Enérgica de Brasília - CEB, a instalação de luminárias nos postes já instalados nas localidades de Engenho Velho e **Bananal**, da **FERCAL**, e a implantação de iluminação pública nos becos de **Sobradinho**, na Região Administrativa de **Sobradinho - RAV**.

J U S T I F I C A Ç Ã O

As **localidades** de Engenho Velho e Bananal, na **FERCAL**, foram contempladas com a instalação de postes de iluminação **pública**, restando apenas a colocação das respectivas luminárias para que a população daquelas comunidades possam **usufruir** de suas ruas iluminadas.

Além **dissso**, os becos de Sobradinho encontram-se às escuras, o que **favorece** a ação de meliantes e coloca a população em estado de sobressalto.

55

A presente Indicação busca sugerir à CEB a instalação das luminárias nas ruas das localidades da FERCAL citadas, e a implantação da iluminação pública nos becos de Sobradinho, completando, com a eficiência que lhe é peculiar, a prestação de mais esse serviço essencial à comunidade.

Dessa forma, considerando ser esta uma justa reivindicação dos moradores e da população em geral da FERCAL e também de Sobradinho, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2004.



Enana Peixoto
Deputada Distrital
Líder do PFL

cmp.-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

50
F 10
Em 01/04/04

Assessoria de Plenário

1HD 2174/2004
INDICAÇÃO Nº KM.
(Do Sr. Deputado **GIM ARGELLO**)

Sugere a Secretaria de Infraestrutura e Obras do Distrito Federal a construção de calçadas atrás do comércio local, em frente aos Blocos "C" e "L", a Igreja Presbiteriana e o Bloco "B", "N" e "M" para o comércio local da CLN 410 Norte, na Região Administrativa do Plano Piloto.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro no art. 143 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicito que esta Casa sugira a Secretaria de Infraestrutura e Obras do Distrito Federal a construção de calçadas atrás do comércio local, em frente aos Blocos "C" e "L", a Igreja Presbiteriana e o Bloco "B", "N" e "M" para o comércio local da CLN410 Norte, na região Administrativa do Plano Piloto.

MJ



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado **Distrital Gim**

51

JUSTIFICAÇÃO

*Uma das reivindicações dos moradores da SQN 410 Norte é a construção **de** calçadas na SQN e CLN 410 **norte**, na Região Administrativa do Plano **Piloto**.*

*Os pedestres estão pisando na grama, pois não existe calçadas entre o blocos residenciais e comércio **local**, bem como, na parte externa das quadras. Faz-se necessário a construção de calçadas naquele **local**.*

*A aprovação da presente moção irá trazer um grande **benefício** aos moradores daquela setor, onde peço aos meus pares a sua aprovação.*

Sala das Sessões,


Deputado **GIM ARGELLO**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

58
Enviado
Assessoria da Presidência

IND 2175/2004
INDICAÇÃO Nº W.
(Do Sr. Deputado **GIM ARGELLO**)

Sugere a Secretaria de Infraestrutura e Obras do Distrito Federal a reforma do Ponto de Táxi da SQN 410 Norte, na Região Administrativa do Plano Piloto.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro no art 143 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicito que esta Casa sugira a Secretaria de Infraestrutura e Obras do Distrito Federal a reforma do Ponto de Táxi da SQN 410 Norte, na Região Administrativa do Plano Piloto.

MJ



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado **Distrital Gim**

JUSTIFICAÇÃO

*Uma das reivindicações **dos** moradores da SQN 410 Norte é a reforma do Ponto de Táxi da SQN 410 Norte, na Região Administrativa do Plano Piloto.*

*Os motoristas de táxi relataram que o Ponto de Táxi está precisando urgente de **reforma**, pois é importante o melhor atendimento aos usuários.*

*A aprovação da presente moção irá trazer um grande **benefício** aos moradores daquela setor, onde peço aos meus pares a sua **aprovação**.*

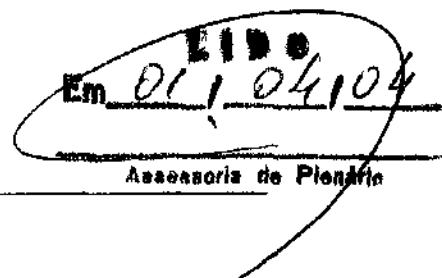
Sala das Sessões,


*Deputado **GIM ARGELLO***



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

60



IND 2176 /2004
INDICAÇÃO Nº tf.
(Do Sr. Deputado **GIM ARGELLO**)

Sugere a Companhia Energética de **Brasília - CEB** a iluminação do Blocos **D e F, H e a Escola Classe 409/410**, na Asa Norte, atrás do comércio local, na Região Administrativa do Plano Piloto.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro no **art. 143** do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito **Federal**, solicito que esta Casa sugira a Companhia Energética de **Brasília - CEB** para que seja iluminado os Blocos **D e F, H e a Escola Classe 409/410**, na Asa Norte, atrás do comércio **local**, na Região Administrativa do Plano **Piloto**.

lj



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado **Distrital Gim**

JUSTIFICAÇÃO

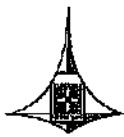
A presente moção visa reivindicar Companhia Energética de Brasília - CEE a iluminação dos Blocos D F e H e a Escola Classe 409/410, na Asa Norte, atrás do comércio local, ao lado do Bloco "O" e "I" na Região Administrativa do Plano Piloto.

Os moradores daquele setor relataram que a falta de iluminação nas ruas traz insegurança aos moradores e transeuntes, pois torna-se alvo fácil dos **marginais**. Faz-se necessária à colocação de iluminação pública naquelas vias, urgente.

A aprovação da presente moção **irá** trazer um grande benefício aos moradores daquele setor, onde peço aos meus pares a sua aprovação.

Sala das **Sessões**,


Deputado **GIM ARGELLO**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

62
En 01/12/2004
Assinatura da Plenária

IND 2177/2004
INDICAÇÃO Nº 004.
(Do Sr. Deputado **GIM ARGELLO**)

Sugere a Secretaria de Infraestrutura e Obras do Distrito Federal colocação de grama na área ao redor do Bloco "B" e da Igreja Presbiteriana e do Ponto de Táxi da SQN 410 Norte, na Região Administrativa do Plano Piloto,

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro no art. 143 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicito que esta Casa sugira a Secretaria de Infraestrutura e Obras do Distrito Federal a plantação de grama na área ao redor do Bloco “B” e da Igreja Presbiteriana e do Ponto de Táxi da SQN 410 Norte, na Região Administrativa do Plano Piloto.

LJ



JUSTIFICAÇÃO

*O Governo do Distrito Federal tem como uma de suas metas a conservação dos jardins espalhados pela **cidade**, como um **bonito** cartão de visita de nossa Capital*

*Uma das reivindicações dos moradores da **SQN 410 Norte** é a plantação de grama ao redor do bloco “**B**” da **Igreja Presbiteriana** e do Ponto de Táxi da **SQN410 Norte**, na Região Administrativa do Plano Piloto.*

*A aprovação da presente moção irá trazer um grande benefício aos moradores daquela **setor**, onde peço aos meus pares a sua aprovação.*

Sala das Sessões,


Deputado **GIM ARGELLO**



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA

INDICAÇÃO : IND 2178/2004
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

01/04/04
Assessoria de Imprensa

Sugere a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal providências para o aumento do efetivo policial que faz o policiamento ostensivo na EQNM 02/04, da Região Administrativa de Ceilândia - RA IX.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, Sugere a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal providências para o aumento do efetivo policial que faz o policiamento ostensivo na EQNM 02/04, da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A segurança pública é uma atividade realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei, e deve ser garantida pelo Estado.

A população da EQNM 02/04 e das quadras próximas daquela localidade sofre com o aumento da violência, principalmente à noite devido ao movimento nos bares, e está pleiteando uma maior segurança para todos.

O objetivo da presente proposição é conceder mais segurança e bem-estar àquela comunidade, onde se verifica constantes assaltos à população, principalmente a jovens e adolescentes, que encontram-se inseguros quando transitam pelas ruas daquela região.

Diante do exposto, solicito dos ilustres parlamentares o apoio para aprovação da presente proposição.

Sala da Sessões, em

Deputada ELIANA PEDROSA
PFL

emm.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA

INDICAÇÃO IND 2179/2004
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

EM 01/04/09
Assessoria de Plenário

Sugere ao Senhor Administrador Regional de Ceilândia a adoção de medidas para o racapeamento asfáltico das ruas da QNM 02, da Região Administrativa de Ceilândia - RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Administrador Regional de Ceilândia a adoção de medidas para o racapeamento asfáltico das ruas da QNM 02, da Região Administrativa de Ceilândia - RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

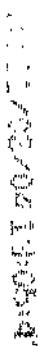
Os moradores da QNM 02, da Região Administrativa de Ceilândia - RA IX reivindicam melhorias na infra-estrutura local.

Foi verificada a necessidade inadiável de se recuperar as ruas da localidade mencionada, no sentido de que seja executado o recapeamento asfáltico, em razão do lastimável estado que se encontram, com inúmeros buracos, dificultando o tráfego de pedestres e de veículos, causando transtornos e maiores riscos de acidentes àquela comunidade.

Diante do exposto, solicito dos ilustres parlamentares o apoio para aprovação da presente proposição.

Sala da Sessões, em

Deputada ELIANA PEDROSA
PFL





GABINETE DO DEPUTADO

CHICO FLORESTA

INDICAÇÃO Nº IND 2180 ftQ4₁₀₀₄

Autor Deputado CHICO FLORESTA

Sugere ao Senhor Excelentíssimo Senhor Secretário de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a construção de quadras poliesportivas na Região Administrativa de Águas Claras - RA XX.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa

Nos termos do art. 143 do Regimento Interno, requeira que esta Casa sugira ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a construção de quadras poliesportivas na Região Administrativa de Águas Claras - RAXX.

JUSTIFICAÇÃO

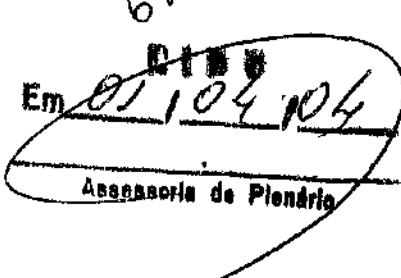
A NOVACAP está plantando grama em algumas praças de Águas Claras, enquanto o projeto original para as mesmas prevê a construção de espaços para esporte, cultura e lazer.

Por tratar-se de uma cidade de população com grande concentração de jovens, os moradores clamam pela disponibilização desses espaços assim como pela execução dos projetos originais, onde as praças deverão se tornar um centro de convivência e uma extensão de seus lares.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, proponho aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Saía das Sessões em,

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT/DF



**GABINETE DO DEPL D FLORESTA
INDICAÇÃO N 2181/2004 E 2004**

Autor Deputado Chico Floresta

Sugere ao Senhor Diretor-Presidente do Banco de Brasília S.A - BRB a implantação de agência bancária na Região Administrativa de Águas Claras - RA XX.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa

Nos termos do art. 143 do Regimento Interno, requeiro que esta Casa sugira ao Senhor Diretor-Presidente do Banco de Brasília S.A - BRB a implantação de agência bancária na Região Administrativa de Águas Claras - RA XX.

JUSTIFICAÇÃO

Os moradores de Águas Claras reclamam a implantação urgente de uma agência do Banco de Brasília naquela localidade.

Com uma população em crescente expansão, a localidade deixa muito a desejar no que se refere à qualidade de vida dos cidadãos e à oferta de serviços públicos essenciais, dentre eles uma agência bancária.

O posto do BRB ora instalado na cidade não atende a contento, haja vista que disponibiliza serviços apenas de saldo e saque, não sendo possível o pagamento de tributos e outras contas.

Além de promover o acesso da população aos serviços bancários, uma agência bancária potencializará o desenvolvimento da cidade de Águas Claras.

Sendo esse pleito de relevante interesse, proponho aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões em,

CHICO FLORESTA

Deputado Distrital - PT/DF



b6

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2 - PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO CHICO LEITE, em nome do Bloco Independente.

- Declara que os vetos ao plano de carreira do Magistério causaram prejuízo aos trabalhadores da área e desrespeitaram o acordo firmado em dezembro passado.
- Apela aos colegas que votem pela derrubada dos vetos.
- Protesta contra a manutenção do voto a projeto de sua autoria que visava garantir a transparência da lista do Idhab.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, líder da bancada do PT.

- Cumprimenta o Deputado Benício Tavares pela passagem do seu aniversário.
- Lembra o processo de negociação das emendas apresentadas aos projetos de plano de carreira das áreas de Educação e Saúde.
- Adverte que esta Casa não pode se submeter ao Executivo: os parlamentares devem honrar o acordo firmado e votar pela derrubada dos vetos.
- Saúda os bombeiros e policiais militares presentes na galeria e solidariza-se com sua luta por moradia.
- Denuncia que militantes do PT que se manifestavam nas ruas foram presos arbitrariamente.

DEPUTADO ODILON AIRES, líder da bancada do PMDB.

- Tece comentários acerca do programa habitacional do GDF para pessoas de baixa renda.



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

69

- Manifesta apoio à luta dos bombeiros e policiais militares por moradia.

- Defende a investigação de denúncia que apresentou em 1996 sobre o desvio de recursos do FAT e a entrega de terreno da Terracap a uma organização não-governamental dirigida pelo então Secretário do Trabalho, Deputado Pedro Celso.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS, em nome do PP.

- Lamenta a inexistência de plano de carreira para os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.

- Critica o Governo local por retardar a distribuição de lotes para essas categorias.

- Solicita a intervenção da líder do Governo nesta Casa, Deputada Anilcéia Machado, junto ao Governador e à Secretaria de Habitação do DF.

- Denuncia favorecimento em permissão de uso de lote para um bombeiro militar, a despeito da ordem de distribuição.

- Requer providências à Casa para coibir arbitrariedades contra os policiais e bombeiros militares.

- Informa que vai convocar a Secretaria de Habitação, Ivelise Longhi, para que esclareça a distribuição irregular de lotes.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS, em nome do PFL.

- Apoia o discurso do Deputado João de Deus.

- Pede à Deputada Anilcéia Machado e ao Presidente Benício Tavares audiência com o Governador, a fim de que este apresente a solução para o problema dos profissionais da segurança pública.

- Tranquiliza o Deputado João de Deus e promete convocar a Secretaria de Habitação, caso o parlamentar desocupe o cargo com a volta do Deputado Vigão.



CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO, Líder do Governo.

- Demonstra preocupação com as denúncias apresentadas pelo Deputado João de Deus.
- Acredita que o Governador Roriz desconheça atos que comprometam a garantia dos direitos de moradia de servidores.
- Apresenta proposta para, na próxima semana, convidar a Secretaria de Habitação, Ivelise Longhi, com o objetivo de esclarecer o funcionamento do programa habitacional.
- Informa ao Deputado Chico Floresta que vai solicitar à comissão de sindicância do Hospital Regional do Gama uma retratação.

2.2 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB)

- Salienta que o Governo local precisa esclarecer as dúvidas e denúncias de favorecimento no programa habitacional do GDF, apontadas pelo Deputado João de Deus.
- Esclarece que mudou de lugar no plenário por sugestão da segurança da Casa, a fim de garantir sua integridade física.
- Mostra panfleto, distribuído pela cidade, em que é acusada de ter participado, com o Deputado Wigberto Tartuce, da "armação" que culminou com a prisão do Deputado José Edmar.
- Denuncia que depoentes em inquéritos que envolvem parlamentares do DF estão acusando outros deputados de envolvimento nos casos, a fim de tumultuar os processos.
- Comenta a agitação ocorrida ontem durante a apreciação dos vetos aos planos de carreira das áreas de Educação e Saúde, e afirma que os acordos foram firmados não apenas por ela, mas pela equipe do Governo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Paulo Tadeu):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

(Ll/Sa/Tof).

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3 ^a SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01/04/04	15h	ORDINÁRIA		1

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado João de Deus a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito aos Srs. Parlamentares que venham ao plenário para iniciarmos as discussões.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas justificar, antes da chamada nominal, que o Deputado Augusto Carvalho, do Bloco Independente, está ausente porque precisou fazer uma viagem emergencial.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Fica registrada a impossibilidade de o Deputado Augusto Carvalho comparecer à sessão.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL n° 67 de 15/04/2004, juntamente com a ata sucinta da 25^a Sessão Ordinária.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

É lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 24^a Sessão Ordinária.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores, imprensa, venho a esta tribuna, em nome do Bloco Independente, falar sobre dois assuntos. O primeiro diz respeito ao plano de carreira dos professores. No ano passado, sob a liderança da Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputada Aríete Sampaio, construiu-se aqui um grande acordo a fim de que algumas das variáveis daquela legislação pudessem ser aprovadas consensualmente. Lembro-me de que, quando trazido a plenário o acordo, nova discussão ocorreu por parte do PMDB e à época dizia-se: ou se vota totalmente o consenso, rejeitando-se aquilo que não foi acordado, ou se vota emenda por emenda o plano de carreira.

É evidente que nós da Oposição ficaríamos em desvantagem, pois com apenas oito Deputados perderíamos. A grande discussão foi:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	4

ganhar o pouco que já se tinha avançado ou perder tudo. Eu, particularmente, era a favor de que se discutisse emenda por emenda, que se perdesse tudo, mas que se mostrasse quem é quem. No entanto, no grau de aconselhamento dos debates, nós cedemos. Nós, da oposição, do Bloco Independente, cedemos: "Está certo! Então vamos votar assim para não perdermos tudo!"

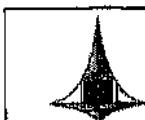
Pois não é, Sr. Presidente, que agora nós notamos que, em realidade, fomos enganados pelo Governo. Em verdade, o que houve? Foram vetados dispositivos primordiais em que houve consenso nesta Casa.

Então, quem abriu mão de uma parte...

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Chico Leite, concedo a V.Exa. mais um minuto para concluir seu pronunciamento.

DEPUTADO CHICO LEITE - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, nós, que naquele momento abrimos mão taticamente, concluímos que fomos efetivamente enganados. Pelo que ouví ontem da Lfder do Governo, Deputada Anilcéia Machado, das duas, uma: a Deputada Eurides Brito, que à época era Líder do Governo, fez um entendimento sem ter de fato autoridade para fazê-lo - e por isso pedi a S.Exa. que fosse ao microfone para dizer se houve ou não esse entendimento - ou não. Se S.Exa. tinha essa autoridade, conferida pelo Governo, agora este é que volta atrás e deixa os trabalhadores de mãos vazias.



Data	Horário início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	5

Sr. Presidente, deixo o meu protesto, ao passo que faço um apelo às consciências dos colegas Parlamentares para que nós rejeitemos esses vetos e possamos resgatar...

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Chico Leite, concedo mais um minuto a V.Exa. e peço-lhe que seja rigoroso com o tempo.

DEPUTADO CHICO LEITE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, faço este apelo à Deputada Anilcéia Machado, à Deputada Eurides Brito, aos demais Parlamentares e a V.Exa., Sr. Presidente: vamos rejeitar esses vetos e fazer justiça em relação aos trabalhadores da Educação. Esse é o compromisso firmado pelo Bloco Independente desde aquela ocasião!

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer menção a um outro dado ocorrido. Lamentavelmente, foi vetado um projeto de nossa autoria que preconizava a transparência da lista do Idhab. Isso para que todos aqueles destinatários de lotes soubessem qual a sua ordem de inscrição e pudessem fiscalizar se aquele programa é instrumento eleitoreiro ou não.

Vou concluir, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Chico Leite, a pedido do Deputado João de Deus, e como é meu aniversário hoje e eu não posso contrariar ninguém, vamos lá: concedo a palavra a V.Exa. por mais um minuto para concluir seu pronunciamento.

DEPUTADO CHICO LEITE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

	CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		
	3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
SETOR DE TAQUIGRAFIA			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	6

Sr. Presidente, aquele projeto visa efetivamente dar transparência à lista do Idhab para que todos possam ver as classificações gerais, tanto na *Internet* quanto no Diário Oficial, fiscalizar a execução desse programa e não ser injustiçados, para que esse programa não sirva de instrumento eleitoreiro. Esse projeto lamentavelmente foi vetado, Sr. Presidente, e esta Câmara não rejeitou esse veto.

Continuam as injustiças. E pior, dão margem a hipóteses como aquela da invasão dos becos, em que policiais militares agiram exatamente, disseram eles em entrevista, porque passaram uma "carona" operada por alguém que era assessor do Governo, Sr. Presidente.

Eu deixo o meu protesto.

Para finalizar, Sr. Presidente, sabendo que estamos aqui a serviço da população, parabenizo V.Exa. pelo seu trabalho e agradeço fundamentalmente pela paciência e por nos ter aberto esse curto espaço de tempo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra à Deputada Anilcéia Machado, (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Odilon Aires. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Aríete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero aqui de público parabenizar V.Exa. pela passagem do seu aniversário e desejar que este



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	7

ano a mais acrescido a sua vida também represente mais experiência, mais paciência e mais compromisso na condução da Câmara Legislativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero falar um pouco sobre a pauta de hoje. Temos prevista a apreciação de seis vetos do Sr. Governador aos projetos que dispõem sobre os planos de carreira dos trabalhadores das áreas de Educação e de Saúde. Lamentavelmente, como aqui já disse o Deputado Chico Leite, depois de um exaustivo trabalho de convencimento, de debates e de acordos, aprovamos um conjunto de emendas a esses planos de carreira, mas fomos surpreendidos agora com diversos vetos a esses planos.

Quero, mais uma vez, dizer que à época, ao invés de estarmos aqui simplesmente para marcar nosso posicionamento e votar uma a uma as emendas que eram reivindicações das categorias, optamos por tentar construir um acordo que garantisse alguns avanços nesses planos de carreira. Esses acordos foram feitos por mim, na condição de Presidente da Comissão de Educação e Saúde, e pela Deputada Eurides Brito, na condição de Líder do Governo. Deixo aqui meu testemunho de que eles foram avalizados e autorizados pela Sra. Secretaria de Gestão Administrativa. Somente depois que a representante da Sra. Secretaria de Gestão Administrativa apôs seu acordo é que as emendas foram consideradas acordo mútuo entre Oposição e Situação.

Hoje, mais uma vez, voltamos a fazer nosso apelo: não é possível que esta Casa legislativa se submeta aos interesses exclusivos do Poder Executivo. É preciso que, de uma vez por todas, asseguremos que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	8

acordo feito nesta Casa deverá ser honrado pelo Sr. Governador. Essa é a única forma de trabalhar. Não é possível trabalhar com desconfiança. É necessário acreditarmos que uma vez feito um acordo, ele será honrado. Portanto, faço este apelo à base governista: que possamos aqui manter os acordos feitos e rejeitar esses vetos.

Quero também cumprimentar todos os policiais militares e bombeiros aqui presentes, que lutam pelo seu direito à moradia. A Secretaria de Habitação do Governo do Distrito Federal precisa urgentemente resgatar aquilo que foi aprovado na Conferência de Habitação, que definiu diversas portas de entrada para o programa habitacional. Uma delas foi o atendimento aos trabalhadores da área de Segurança Pública. Espero que isso seja cumprido. Mais uma vez, reiteramos que os Deputados da base governista convençam o Governo a atender todos os pleitos da população.

Para terminar, Sr. Presidente, quero fazer uma denúncia: hoje, militantes do Partido dos Trabalhadores estiveram nas ruas segurando faixas, e, para nossa surpresa, foram presos, foram-lhes retiradas as faixas e, depois disso, foram conduzidos à 1^a. DP de uma forma absolutamente arbitrária. Essa atitude, mais uma vez, corrobora o que temos denunciado inúmeras vezes desta tribuna.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Deputado Odilon Aires.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	9

DEPUTADO ODILON AIRES (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal da imprensa, trabalhadores da Segurança Pública presentes, eu quero externar o meu desejo e a minha satisfação de rever o Governador Joaquim Roriz, pois temos uma história de luta pela moradia no Distrito Federal.

A moradia em Brasília era privilégio da elite e da classe média. Ninguém havia feito um programa habitacional voltado para as pessoas carentes ou de baixa renda. Lembro, Deputado João de Deus, o programa encampado por V.Exa. pela moradia para os policiais militares e bombeiros. Desejo que seja implementado urgentemente aquela campanha que V.Exa. travou, no Governo de Cristovam Buarque - em que a Deputada Aríete Sampaio era Vice-Governadora -, pela campanha de moradia para os trabalhadores, para os servidores, não somente da Policia Militar ou do Corpo de Bombeiros, mas de Brasília de um modo geral.

Quero, juntamente com V.Exa., cobrar uma política habitacional digna para a Capital Federal.

Sr. Presidente, ocupo também esta tribuna com um único propósito e objetivo. Eu tenho uma preocupação muito grande. Nesta tribuna, em 1996, denunciei o desvio de recursos do FAT quando o ex-Deputado Pedro Celso era Secretário de Trabalho do Governo do Distrito Federal. Naquela época, Sr. Presidente, surgiram as ONGs do Distrito Federal. Uma delas hoje é do Sr. Mauro Dutra e está envolvida em corrupção, em desvio de recursos públicos. O Sr. Pedro Celso, quando era Secretário de Trabalho, era o titular absoluto dessa ONG.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	10

Denunciei também, Sr. Presidente, desta tribuna, a participação na destinação de um terreno a uma faculdade, e esse terreno foi entregue a essa ONG. Deputado Peniel Pacheco, esse terreno foi concedido pela Terracap a essa ONG. Isso foi estampado na imprensa em Brasília, no Brasil e no mundo.

O Sr. Mauro Dutra, que conheço, foi do PMDB, foi conosco do Movimento Democrático Brasileiro, hoje está estampado com a ONG. Lembro-me de que o Professor Cristovam Buarque, ao deixar o Palácio do Buriti, ao perder o cargo de governador, promoveu uma falácia pelo Brasil inteiro dizendo que ia trabalhar com essa ONG.

Deputado Chico Vigilante, precisamos fazer uma profunda investigação dessa ONG, pois ela tem privilégio em Brasília. Lembro que saiu, num programa do PMDB, um aviãozinho subindo. Um deputado desta casa denunciou que alguém estava subindo com uma mala no avião do Mauro Dutra, e eu, como Presidente do PMDB, fui denunciado por ter promovido aquela denúncia ou incluído no programa do partido. O Sindemberg era membro integrante daquele ONG. Quem era Sindemberg? Ele era um secretário de governo quando o Sr. Waldomiro era secretário parlamentar. O Sr. Mauro Dutra era amigo do Sr. Cristovam Buarque.

Deputado Chico Vigilante, eu estou preocupado. Outro dia eu vi um jornalista dizendo que a corrupção sobe a rampa do Palácio do Planalto e eu acreditei, porque ela desceu do Palácio do Buriti e subiu para o Palácio do Planalto. O Sr. Mauro Dutra está ali. Estou pedindo investigação. É necessária uma investigação. Hoje, eu falei ao Deputado Chico Vigilante que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	11

essas denúncias são graves. Ele usou a Terracap, usou o Pró-DF, usou o sistema, o staff do governo quando o titular e fundador daquela ONG era o Secretário de Trabalho que beneficiou todo esse desvio de recursos do FAT. Nós conhecemos aquela história. Na época, eu denunciei ao *Correio Braziliense*, e esse jornal não me deu credibilidade porque era governista naquele época, e eu era de oposição. Não aconteceu nada.

Sr. Presidente, hoje eu encaminho um pedido aos nossos pares para que possamos olhar, com toda a convicção, o que está ocorrendo com o desvio de sete milhões e meio de reais. Eles trabalharam também no governo do PSDB. Eles trabalharam em todo o Brasil. Esse caso é de Brasília, mas podem investigar que isso ocorreu no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, faço um apelo a V.Exa. para irmos imediatamente à Terracap, localizarmos a faculdade da ONG no Lago Norte, sabermos quem é o dono, quem é o gestor, quem promoveu e quem entregou na época do governo do PT, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra ao Deputado João de Deus.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público aqui presente, ouvi atentamente o Deputado Chico Leite falar sobre o plano de carreira dos nossos professores, dos nossos educadores do Distrito Federal. A bem da verdade, muito se reclama desse plano de carreira, até de descumprimento de acordos por parte do Governo. Fico pensando, Sr. Presidente, que a minha categoria, os policiais e bombeiros do Distrito Federal, infelizmente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	12

não têm um plano de carreira, e nenhuma gestão é feita pelo Governo Federal nem pelo Governo local para se fazer um plano de carreira para os policiais e bombeiros do Distrito Federal, O que é lamentável. Nós, os policiais e bombeiros, somos uma criação da IGPM, que não é o índice de preço médio, Deputado Peniel Pacheco, é a Inspetoria Geral das Polícias Militares, um órgão criado na ditadura militar, que prevalece até hoje.

Ninguém da sociedade tem conhecimento de um plano de segurança pública elaborado pela IGPM. Como eles elaborarão se não entendem de segurança pública? O corpo da IGPM é todo formado por oficiais do Exército, que entendem de segurança nacional, Deputado Chico Vigilante.

Então, venho a esta tribuna para fazer denúncias e também para pedir o apoio de todos os Parlamentares, porque, nesse último aumento dado aos servidores da Segurança Pública, para os nossos irmãos da Polícia Civil, em cada gratificação, o Governo Federal colocou 200% - a Medida Provisória nº 172 reza isso. E os policiais e bombeiros, que votaram em peso no Partido dos Trabalhadores, Deputados Chico Vigilante e Aríete Sampaio, tiveram míseros 7,3% de aumento, e escalonado.

Um soldado, Deputado Chico Vigilante, teve um aumento de R\$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais). Isso não chega nem a 1%. E para completar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo local retarda a distribuição de lotes para os policiais militares e bombeiros, que estão aqui presentes, com os seus familiares. São pessoas que entregaram o documento e que passam pelo crivo cartorial desde o ano de 2000. Deve



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	13

haver aí dezenas de policiais e bombeiros que entregaram esses documentos e que são enganadas e enroladas pela Secretaria de Habitação. Fazem o jogo de uma cooperativa e dizem que quem não tiver dinheiro não recebe lote. Ou seja, é a maior “trapincolada”!

Sr. Presidente, quero dizer que, independentemente de eu estar nesta Casa ou não, mesmo com a fragilidade da minha posição de Primeiro Suplente, continuaremos a lutar pela moradia dos policiais militares e dos bombeiros, que dão suas vidas em defesa da segurança de cidadão que nunca viram na vida. Esses profissionais saem de casa, deixam suas mulheres desamparadas, e o Governo não tem nenhuma sensibilidade quanto a isso e deixa acontecer o que está escrito aqui.

Isso é um absurdo, Sr. Presidente! Eu gostaria que a Líder da bancada do Governo fizesse uma intervenção junto ao Governador Roriz e à Secretaria de Habitação. Essa situação é mais do que vergonhosa.

Está aqui, Sr. Presidente, um documento com o nome de TPU - Termo de Permissão e Uso dado a uma pessoa do Corpo de Bombeiros que trabalhou na campanha da Secretaria de Habitação, Ivelise Longhi. Essa pessoa recebeu um lote em local privilegiado, e foi formalizado um documento sem ter havido nenhuma publicação no Diário Oficial. Foi formalizada a entrega de documentos, para o crivo cartorial, em 2002 e, em 2003, essa pessoa recebeu o lote. Enquanto isso, todas essas pessoas que estão aí e que formalizaram os documentos em 2000 ainda estão esperando por isso. Não podemos conceber uma situação dessas! Queremos que esta Casa tome providências para coibir essas arbitrariedades. Os policiais e

 CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	14

bombeiros agora viraram escravos do regulamento, escravos do Comandante-Geral, que foi indicado para massacrá-los, para trocar a identidade dos companheiros que foram à praça e reivindicaram, infelizmente, esses míseros R\$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais). Há mais de cinquenta chefes de família prestes a ser expulsos da polícia, e o "crime" por eles cometido foi ir à praça e dizer: "Quero um salário digno porque presto um bom serviço à sociedade." O Comandante-Geral da Policia Militar do Distrito Federal foi acusado de fraudador. E é um fraudador! Ele foi acusado de fraudar documentos para receber R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), segundo o Ministério Público do Distrito Federal.

Pergunto aos senhores: como é que um Comandante-Geral da Polícia Militar pode expulsar um policial militar que tem dois, três, quatro, cinco filhos e que precisou ocupar um lote em becos na Ceilândia, por irresponsabilidade e irregularidades cometidas pelo Governo?

Eu gostaria do apoio de V.Exa., Deputado Chico Leite, para visitarmos o Chefe do Ministério Público local, Dr. Eduardo Sabo, e fazermos uma indagação a ele, já que aquele órgão, como fiscal da lei, também é responsável por isso,

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Permite-me V.Exa. um aparte.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) -

Sr. Deputado, tive acesso a esse documento a que V.Exa. está se referindo, de uma investigação feita pelo Ministério Público. Trata-se, realmente, de uma situação grave. E não é só um caso, é bom que se diga. Há mais gente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	15

envolvida nisso. São militares, geralmente de alta patente. Não há um soldado envolvido nisso. Essas pessoas são designadas para ir a El Salvador e participar da construção da Academia de Polícia de El Salvador. Quem está pagando isso é a Policia Militar do Distrito Federal. Na verdade, somos nós que estamos pagando U\$ 12.000,00 (doze mil dólares) por mês.

Tenho notícias de que há alguns que levaram até o cachorro; outros transportaram o carro também, às custas do erário, ou seja, às nossas custas. Agora mesmo, Deputado João de Deus, está lá, também às nossas custas, o Cel. César Caldas, nesse mesmo esquema de El Salvador, às custas do erário. Em uma das passagens que constam do documento produzido pelo Tribunal de Contas que V.Exa. tem em mãos, diz que o nível de corrupção é de tal monta - está escrito a palavra "corrupção", dito pela Procuradora - que inviabiliza qualquer plano de investimento na Segurança Pública do Distrito Federal. Está escrito lá. Não fui eu, o Deputado Chico Vigilante, que escrevi, foi a Procuradora que falou dessa verdadeira erva daninha que se alastrou no meio da Segurança Pública do Distrito Federal.

É um fato dos mais graves e V.Exa. tem razão em denunciar, pois é preciso tomar providências. Um comandante com essa postura que foi mencionada no documento não tem moral para continuar comandando a Policia Militar do Distrito Federal.

V.Exa. tem a minha solidariedade.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, quero fazer um apelo à Mesa Diretora desta Casa. Estarei investido do cargo de Deputado desta Casa até sábado, se o Deputado Vigão não renovar a sua licença.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	16

Mas, se S.Exa. renovar sua licença, eu, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, convocarei a Secretaria de Habitação, Ivelise Longhi, para que venha a esta Casa e explique isso, porque esse procedimento está prejudicando os direitos humanos daquelas pessoas. Está prejudicando os policiais e bombeiros - inclusive suas famílias - que prestam a segurança pública do Distrito Federal. Essas pessoas têm de ser respeitadas porque nunca cometem nenhuma "trapincolada" para se locupletar ou para ganhar votos. Elas estão aqui com a esperança de que o Governo cumpra a lei, cumpra o seu papel. É preciso que a Secretaria dê uma satisfação a esta Casa do povo.

Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que o Governador Roriz não tem conhecimento desse documento e, quando isso acontecer, evidentemente, S.Exa. vai adotar todas as providências que o caso requer.

Faço um apelo ao Governador Roriz desta tribuna, independente de eu continuar nesta Casa ou não. Peço ao Sr. Governador para que tenha complacência desses policiais, desses seres humanos que estão nas galerias e que precisam de uma atenção do Governo do Distrito Federal, independente de ter votado ou não no Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Barcellos.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na realidade,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	17

eu não usaria esta tribuna se não ouvisse o discurso do Deputado João de Deus. S.Exa. está coberto de razão quando se indigna com uma atitude como essa. Na realidade, foi uma promessa feita e, até o momento, não cumprida.

Segurança Pública envolve muita coisa, inclusive o bem-estar de seus profissionais. Infelizmente, diuturnamente trabalhando em prol da comunidade do Distrito Federal, esses profissionais não conseguem ter uma moradia digna. Se tivessem, com certeza, não procurariam becos, mas foram becos o que foi oferecido. Eles foram oferecidos a esses profissionais e, depois de oferecidos e aceitos, não foram dados. Como um profissional desse sai para fazer a segurança da comunidade sabendo que sua família, em sua residência, não está segura; sabendo que a qualquer momento podem se deparar em suas portas com tratores, caminhões e policiais, companheiros de instituição, que são obrigados a retirá-los de dentro de suas residências? Eles não foram entrando ali por vontade própria, não. Ofereceram aqueles lugares a eles.

Por duas vezes, Deputada Anilcéia Machado, pedi informação à Secretaria de Habitação, Ivelise Longhi, para saber quando se iniciaria o cumprimento das promessas daquela Secretaria com relação às residências desses profissionais, porque, naqueles lugares, além dos policiais e bombeiros militares, também há policiais civis. Por incrível que pareça, não obtive resposta.

Parece que não faço parte da base do Governo, Deputado Odilon Aires! Vi todas essas pessoas que hoje detêm o poder de decisão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	18

prometendo tudo aos profissionais da área de segurança para obterem os votos da categoria.

Agora venho, encarecidamente, como mais uma pessoa interessada neste caso - pois temos aí a luta do Deputado João de Deus em prol desses profissionais -, solicitar a V.Exa., Deputada Anilcéia Machado, e ao Presidente desta Casa, Deputado Benício Tavares, a marcação de uma audiência com o Governador do Distrito Federal para que possamos ouvir de S.Exa. e da nossa Líder a solução para o problema que esses profissionais da segurança pública e suas famílias enfrentam.

Eu gostaria de me somar ao Deputado João de Deus nessa luta. Torço para que S.Exa., na semana que vem, ainda seja um companheiro de plenário nesta Casa. Mas, de antemão, já tranquilizo o Deputado João de Deus dizendo que, se aqui S.Exa. não estiver, quem convocará a Secretária Ivelise Longhi serei eu, como Presidente da Comissão de Segurança. Faço esse acordo com S.Exa. para que possamos garantir a esses profissionais o mínimo de dignidade.

Deputado Benício Tavares e Deputada Anilcéia Machado, apelo a V.Exas. que solicitem essa audiência, assim que for possível, com o Governador do Distrito Federal. Acredito que o Governador Joaquim Roriz não sabe da real situação por que passam esses profissionais. Pelo fato de o Governador ter um grande espírito humanista, esperamos que S.Exa. possa resolver essa situação. É um terrorismo, uma tortura psicológica o que fazem com esses profissionais da área de segurança e suas famílias.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	19

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY(PT. Sem revisão da oradora.) -

Deputado Fábio Barcellos, eu gostaria de lembrar que, aliado a tudo isso que foi dito por V.Exa. e pelo Deputado João de Deus, há outra situação de absoluto constrangimento para diversas famílias de policiais. Alguns policiais foram punidos no exercício constitucional de lutar por seus direitos. Eles foram expulsos do quadro da Polícia Militar. E, pelo regimento da própria polícia, caberia aos familiares desses policiais uma pensão proporcional ao tempo de exercício da farda. De forma inusitada e absolutamente injustificada, foi lançada uma portaria do Governo, com base em um parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - que não tem poder terminativo nem poder de lei -, e foi tirado dessas famílias o direito à pensão.

Deputado Fábio Barcellos, diversos policiais foram exonerados da Polícia Militar por exercerem um direito constitucional de lutar por suas reivindicações, e suas famílias encontram-se num absoluto estado de penúria. O Regimento Interno foi desrespeitado e foi retirada a estabilidade proporcional que o policial e o bombeiro militar possuem a partir de dez anos de trabalho.

Para concluir, é importante que se convoque o Comandante-Geral da Polícia Militar para que S.Sa. preste os devidos esclarecimentos sobre a questão habitacional, sobre os processos administrativos e os inquéritos em curso, bem como sobre a questão absolutamente lamentável de tirar dessas famílias o ganha-pão assegurado em lei.

 <p>CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3^a SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA</p>			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data 01/04/04	Horário Início 15h	Sessão/Reunião ORDINÁRIA	Página 20

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e reitero a V.Exa. a solicitação da realização de audiência com o Governador para que, juntamente com o Deputado João de Deus - que, se Deus quiser, na semana que vem continuará nos honrando com a sua presença em plenário -, possamos trazer uma solução definitiva para o problema por que passam esses profissionais.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o dia 1º de abril é conhecido no Brasil como o Dia da Mentira. Recebi um documento da Comissão Regional de Sindicância do Hospital Regional do Gama, o qual espero seja uma brincadeira do Dia da Mentira.

É grave o teor do documento, por isso peço a atenção de todos, principalmente da Deputada Anilcéia Machado, Líder do Governo, pois ele se refere ao nosso papel de legislador, ao nosso papel de fiscalizador.

Diz os termos do ofício:

“Gama-DF, 01 de abril de 2004.

Ofício n° 005/2004 - CRSind/HRG,

Ref. Processo n° 275.000.618/2004

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sindicância do Hospital Regional do Gama/DF, instituída pelo Senhor Diretor Regional de

 <p>CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3^a SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA</p>	NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	21

Saúde do Gama, conforme Ordem de Serviço nº 94, publicada no DODF de 29.12.2003, nº 251, página 17, vimos por meio deste levar ao seu conhecimento que temos necessidade de ouvi-lo em torno dos fatos a que se refere o processo de sindicância em epígrafe e que se prendem a falta de reagentes para o aparelho MtCROSCAN, junto ao Setor de Bacteriologia do Hospital Regional do Gama.

Assim, solicitamos que V.Exa. se digne indicar local, dia e hora para a realização da respectiva assentada, comunicando-nos antecipadamente através do telefone 385-9746.(...)" (sic)

Sr. Presidente, vou considerar isso como uma brincadeira de 1º de abril. Trata-se de uma denúncia que teve repercussão nacional. As televisões foram ao Hospital do Gama e constataram que, de fato, não havia aquele reagente. A partir daquela denúncia e conforme sugestão que fiz a V.Exa. em plenário, outros hospitais mandaram o reagente. Hoje, a população do Gama está sendo atendida. Por isso, é um verdadeiro absurdo receber esse tipo de documento!

Eu gostaria que V.Exa., junto à Procuradoria da nossa Casa, procurasse saber que tipo de resposta podemos dar a essa ingerência ao poder de Parlamentar que temos de fiscalizar as ações do Executivo, senão não haverá sentido algum em ser Deputado! Sempre que chega a mim uma denúncia com documentos reais do órgão, eu a apresento com muita cautela, por meio de comunicação, diretamente ao Presidente desta Casa para que as devidas providências sejam tomadas.

 <p>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL Y SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO 1 - OPAIS PATAO TAQUIGRAFIA SETOR DE TAQUIGRAFIA</p>			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página

01/04/04

15h

ORDINÁRIA

22

Peço, ainda, que a Líder do Governo e o Secretário José Flávio tomem conhecimento dessa questão para que alguma providência seja tomada. Realmente, considero absolutamente descabível esse documento, já dizendo de antemão que não indicarei data, nem local e tampouco comparecerei, porque o que tinha a dizer, eu já disse publicamente na televisão, e as providências para repor o que denunciei já foram tomadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Chico Floresta, sobre esse assunto já trazido por V.Exa. - eu não me recordo há quanto tempo -, lembro-me de que já conversamos com o Secretário.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estava aguardando que o Deputado José Edmar adentrasse neste plenário para manifestar o meu repúdio com relação a um ato de nomeação que está publicado hoje no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Hoje faz 40 anos que aconteceu um golpe de triste memória neste País, instaurando a Ditadura Militar. Hoje, o Brasil inteiro diz: "Ditadura nunca mais, tortura nunca mais!". E foi nomeado para esta Casa, para o gabinete do Deputado José Edmar, com CL-14 - conforme publicado no DCL -, uma pessoa denunciada por tortura em vários relatórios deste País, em

 CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3 ^a SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	23

uma memória que se busca resgatar e revigorar para que nunca mais essa prática seja estabelecida. Estou falando do Sr. João Batista Campeio, um cidadão nomeado Diretor-Geral da Polícia Federal ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, que frente à reação dos grupos operadores de Direitos Humanos foi exonerado deste cargo. No dia 13 de fevereiro, houve a nomeação deste cidadão para a Câmara Legislativa, na função de Assistente Jurídico, mas a sociedade reagiu e ele foi exonerado. Agora, paradoxalmente, no dia em que se completam quase 40 anos de um golpe de triste memória, é inadmissível que este senhor esteja sendo nomeado para a Câmara Legislativa.

Sr. Presidente, é inadmissível! É inadmissível, em um período que se diz democrático, a nomeação deste senhor acusado de ter torturado padres no Maranhão durante a Ditadura Militar. Há detalhes, nos relatórios das entidades que lutam contra a tortura, da crueldade que foi estabelecida contra esses religiosos. Há um manifesto dos bispos do Nordeste, que denunciam a prática deste senhor à época da Ditadura Militar.

Portanto, eu esperava o Deputado José Edmar adentrar neste plenário para aqui expressar o meu repúdio a esta nomeação, a nomeação de uma pessoa que, ao que tudo indica, promoveu tortura neste País. E digo mais, Deputado Paulo Tadeu: à época da nomeação deste senhor para Diretor da Polícia Federal, ele foi convocado a comparecer à reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a declaração do então Presidente daquela Casa, hoje Ministro Nilmário Miranda, é que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	24

para ele não restava nenhuma dúvida de que o Sr. João Batista Campeio tinha sido, sim, executor de tortura nos porões da Ditadura Militar.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, resta à minha pessoa responder com a mesma altivez com que a Deputada Erika Kokay pontuou a sua afirmação. Eu gostaria de dizer à Deputada Erika Kokay e a todos os Deputados desta Casa que conheço o Dr. João Batista Campeio há mais de vinte anos. É uma pessoa com quem tenho um relacionamento de muitos anos. Entendo perfeitamente o momento em que ele foi nomeado superintendente da Polícia Federal, indicado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que, sendo de uma facção contrária à facção que estava na Polícia Federal, do Sr. Delegado Chelotti, ele tenha sido demitido. Temos em meu gabinete várias declarações do Sr. Chelotti publicadas nas revistas Veja e Época, de que ele teria o Sr. Fernando Henrique na mão. É por isso que ninguém o demitia da Superintendência da Polícia Federal. Naquele momento, ele foi substituído pelo Sr. João Batista Campeio. E a sua substituição ensejou, depois de 30 anos, a responsabilidade dada por um delegado ao agente Campeio, na época da ditadura, de prender um padre. Ele o prendeu, esse padre passou pelo crivo do exame de corpo e de delito e foi encarcerado. Se na carceragem ele sofreu algum ato de tortura, consta de todas as análises

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	25

e investigações que esse ato não passou pelas mãos do delegado Campeio. Muito pelo contrário, pois o delegado Campeio cumpriu o dever, como qualquer agente cumpriria.

Agora, o que é de se estranhar é que isso ocorreu trinta anos atrás. Depois do fato, esse homem galgou todos os espaços na Polícia Federal, passou por todos os níveis. Foi Diretor da Academia de Polícia Federal durante 6 anos. Todos os delegados da Polícia Federal que hoje aí estão foram alunos do Dr. Campeio. Ele trabalhou no Superior Tribunal de Justiça e em outros ministérios como assessor de ministro.

Portanto, no instante em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso chama o Dr. Campeio para assumir o cargo de Superintendente da Polícia Federal, havendo esse desafeto com o delegado Chelotti, que o calunia como torturador de padre, temos de tirar as dúvidas se realmente isso aconteceu ou simplesmente foi levantado pelo Sr. Chelotti.

Deputada Erika Kokay, talvez V.Exa. não me conheça tanto quanto os deputados mais antigos. Não existe nenhum deputado aqui que tenha tanta raiva de tortura quanto eu. Recentemente vim a esta Casa denunciar tortura na Polícia Federal e não poderia, em nenhum momento, aceitar e admitir alguém que participou de algum ato de tortura neste país. Se há realmente acusações levianas ou colocações maldosas feitas contra uma pessoa, não é justo martirizá-la por isso pelo resto da vida, A verdade tem de prevalecer.

O Sr. Campeio está viajando, então hoje não será possível, mas na semana que vem ele estará aqui e posso levá-lo, com a maior satisfação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	26

- e ele tem a maior presteza - para prestar esclarecimentos em qualquer esfera desta Casa. Não haverá nenhuma dificuldade em apresentar o Dr. Campeio e mostrar o grau de injustiça que foi cometido contra ele.

Eu gostaria que V.Exas. tivessem um pouco de paciência. Eu o nomeei agora para o meu gabinete porque tenho convicção e certeza de que não se trata de um torturador. Não serão as acusações feitas pelo grupo do Chelotti que vão fazer com que eu entenda que sejam verdadeiras. Falo isso porque conheço a dignidade do Sr. João Batista Campeio.

Digo mais; esse senhor estará no meu gabinete. Não foi empossado hoje porque não foi encontrado, mas certamente na segunda ou terça-feira estará aqui à disposição de V.Exas. e de quem quer que seja, para fazer os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Portanto, é de responsabilidade minha e do meu mandato a condução dele ao meu gabinete, e o faço pela confiança que deposito nele de que nunca foi um torturador, como calúnias fizerem contra mim nesta Casa. Caluniaram-me, prenderam-me, fizeram o que fizeram comigo, sem eu nunca ter cometido os crimes dos quais me acusaram.

Para finalizar, quero deixar bem claro que essas verdades têm de ser ditas, mas não podemos ficar maculando nem prejulgando as pessoas, muito menos acreditando nas acusações que são forjadas, falsificadas, que têm interesses escusos e não vêm a público. Infelizmente a imprensa fala muito da acusação, mas não fala das provas e não fala da verdade. A verdade escorre sempre, sai devagarinho, enquanto a mentira e as acusações saem rapidamente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	27

Ficam aqui as minhas palavras que garantem aos Srs. Deputados que, na semana que vem, o Dr. Campeio estará aqui prestando esclarecimentos e mostrará aos senhores a sua capacidade e o respeito que tenho por ele. É merecido o cargo que hoje o chamo para ocupar nesta Casa.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, disponibilizarei o relatório do grupo Tortura Nunca Mais, no qual é citado o Sr. João Batista Campeio. Também disponibilizarei o manifesto que não é do Sr. Chelotti nem de discussões políticas, mas dos bispos do Nordeste que se posicionam a respeito desse senhor. Deixarei disponível para o Deputado José Edmar, para que tenha noção de que essas denúncias não vêm de uma disputa de poder na Polícia Federal. Essas denúncias surgiram logo depois do início da apuração das microfichas, de tudo aquilo que se acumulou durante a ditadura militar. Essas denúncias surgiram de vários padres e de grupos que se empenharam em resgatar a triste memória deste país, que tanto tempo conviveu com a tortura.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputada Erika Kokay, antes da segunda intervenção de V.Exa., o Deputado José Edmar sugeriu a possibilidade de esta Casa realizar uma audiência com o Sr.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	28

Campeio. Concordo com a sugestão do Deputado José Edmar. Creio que poderemos articular essa audiência para que tenhamos uma conversa com ele.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, era exatamente essa a sugestão que eu iria fazer para a Deputada Erika Kokay. Ninguém aqui quer ser injusto. Se há uma injustiça contra o delegado Campelo, vamos corrigi-la. Se não há, se ele for realmente culpado, colocaremos os pingos nos is. O curioso é que esse homem tem trinta anos de vida pública, ocupou vários cargos e ninguém nunca disse nada a respeito. Só levantaram suspeita quando ele foi superintendente da Polícia Federal. E esse homem fica maculado para o resto da vida? Tem de haver algo errado.

Eu o conheço e sei da sua integridade. Sei do carinho que o pessoal da Polícia Federal tem pelo Dr. Campeio. Quando ele foi demitido desta Casa, eu o indiquei para um cargo na Corregedoria. Recebi mais de cem telefonemas de colegas dele da Polícia Federal falando sobre a injustiça que estão cometendo. Sinto-me na obrigação de resgatar e provar que o Campeio é íntegro, sério e uma pessoa que não cometeu essa tortura anunciada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	29

No decorrer dos seus sessenta anos, é um homem de uma inteligência ímpar. Os senhores poderão comprovar isso semana que vem, na audiência com a presença do Sr. Campeio, sem prejulgamento. Assim se fará justiça a esse ato que faço aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Esta Presidência concorda com o encaminhamento proposto pelo Deputado José Edmar de realizarmos uma audiência com a presença do Sr. Campeio, para que a Câmara Legislativa esclareça esse episódio.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabenizo V.Exa. pela condução dessa questão que envolve um futuro funcionário desta Casa, para que realmente possamos ouvi-lo. É importante dar a ele essa oportunidade.

Sr. Presidente, eu gostaria de referir-me às pessoas presentes na galeria desta Casa, que são bombeiros e policiais militares. Como disse o Deputado João de Deus, também estou chocado, surpreso e estarrecido com a história reportada pelo Deputado João de Deus, que trouxe até documentos que dão conta de ações que maculam a ordem natural de inscritos no programa habitacional do Distrito Federal para privilegiar cabos eleitorais. Isso requer uma profunda apuração por parte desta Casa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3 ^a SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página

01/04/04

15h

ORDINÁRIA

30

Os policiais militares, que receberam uma promessa de campanha de que poderiam ocupar os becos da Ceilândia, foram tratados na base do **cacetete**, como bandidos e criminosos. Não podemos concordar que violem o direito para privilegiarem pessoas que não estavam inscritas. Não podemos permitir que pessoas sejam favorecidas, enquanto muitos permanecem à margem do processo de concessão de lotes. Solidarizo-me com o Deputado João de Deus. O Bioco Independente apoiará a luta desses militares.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Informo aos Parlamentares que, se quiserem fazer a investigação de algum fato, devem protocolar requerimentos com esse fim.

Esta Presidência continuará com o Comunicado de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Anilcéia Machado.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, imprensa, estou muito preocupada com as denúncias apresentadas pelo nobre Deputado João de Deus. Trata-se de denúncias que merecem uma apuração. Não tenho dúvidas de que o Governador Roriz desconhece qualquer ato que venha comprometer a garantia dos direitos daqueles que estão elencados para serem contemplados com moradia no Distrito Federal, haja vista que o programa habitacional é uma iniciativa de S. Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	31

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Sem revisão do orador.) -

Deputada Anilcéia Machado, S.Exa. é Líder do Governo, e eu gostaria de informá-la de que aquilo que o Deputado João de Deus acabou de falar é a mais pura verdade. Sempre acompanhei o programa habitacional e, para mim, é ruim ter de dizer alguma coisa contra a Sra. Ivelise, visto que tivemos alguns embates. Em meu gabinete, tenho documentos, assim como o Deputado João de Deus, que comprovam irregularidades e arbitrariedades cometidas pela Secretária Ivelise.

Há muito teríamos de instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para verificarmos a atrocidade, a arbitrariedade e a injustiça que se está cometendo contra as pessoas que precisam de lotes. Essas cooperativas habitacionais criadas por aí são uma vergonha. As pessoas pagam R\$ 10.000,00 (dez mil reais), R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por uma casa vagabunda e, quando não conseguem pagá-la, são tiradas da casa, perdem o que já pagaram, e as casas são vendidas para outros, enquanto os presidentes dessas cooperativas a cada dia ficam mais ricos. Essas pessoas necessariamente não precisam ser inscritas! E estamos vendo, até pela presença do Governador Roriz quando da entrega dessas casas, que as pessoas estão verdadeiramente revoltadas com o programa habitacional que está sendo implementado pela Dra. Ivelise.

Então, quero parabenizar o Deputado João de Deus por sua abordagem e pedir a V.Exa., encarecidamente, o seguinte: nós somos da bancada do Governador, sempre apoiamos S.Exa., mas S.Exa precisa dar

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	32

um jeito de resolver esse problema da Secretaria de Habitação porque, da forma como está, não é possível mais continuar.

DEPUTADO JÚNIOR BRUNELLI - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Sem revisão do orador) - Deputada Anilcéia Machado, eu não poderia deixar de me pronunciar a respeito do que foi abordado pelo companheiro João de Deus, um homem que tem tido a sua história marcada pela defesa dos militares, seja bombeiro, seja policial no Distrito Federal.

Eu também fui nessas águas desse trabalho, Deputado João de Deus. Quando ocorreram aqueles primeiros problemas na invasão dos becos, nós conseguimos, no ano passado, cinquenta e três liminares do nosso Jurídico para que não derrubassem aquelas casas. Hoje eu vim aqui juntar-me ao coro de V.Exa. para manifestar a nossa indignação pelos moradores que precisam de suas casas, pois são pessoas que trabalham, pessoas que são humildes, pessoas que têm colocado a sua vida ao bem da sociedade.

E nós também gostaríamos de pedir que o Governador Roriz reveja a política, não a da habitação, Deputado Chico Leite, mas a das questões internas do Idhab.

Sr. Presidente, nós gostaríamos que V.Exa. pudesse, por meio de requerimentos que apresentaremos, seja por intermédio de uma CPI, ou de um comando realmente pacífico e claro, encaminhá-los a fim de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	33

possamos esclarecer essa questão no Idhab. Temos certeza de que a Dra. Ivelise fez um trabalho... Eu mesmo trabalhei com a Associação e montamos uma cooperativa que, inicialmente, teria duzentos lotes. Depois abaixou para cem, depois para cinquenta e, finalmente, para vinte e cinco pessoas. Nós conseguimos colocar lá vinte e cinco pastores, que moram hoje em Samambaia, subindo aquela rua do BRB.

Portanto, manifesto a minha indignação e o meu repúdio a esse fato.

Muito obrigado, Deputada Anilcéia Machado. Tenho certeza de que V.Exa. estará aglutinando essas ideias e enobrecerá o nosso bloco com o nosso respaldo.

DEPUTADO CHICO LEITE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B. Sem revisão do orador.) - Deputada Anilcéia Machado, quero apenas manifestar o meu apoio à exposição do Deputado João de Deus.

Deputado João de Deus, estimo que V.Exa. permaneça nesta Casa depois de sábado. Mas posso garantir a V.Exa., não tenha dúvida, que o fundamental é que tenhamos transparência no processo habitacional. O pior é quando o programa habitacional é utilizado como instrumento eleitoreiro em detrimento dos trabalhadores. Esse é o grande problema.

Então, peço à Líder do Governo que intervenha para que isso não ocorra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	34

O nosso projeto que possibilitava a transparência da lista do Idhab foi vetado. Queremos aqui dar entrada em um requerimento - e tenho certeza de que o Deputado João de Deus vai assiná-lo e como foi dito por um Deputado da base governista, Fábio Barcellos, acho que S.Exa. vai nos apoiar - a fim de convocarmos a Secretaria Ivelise para explicar o porquê de não existir transparência naquela lista e o porquê de efetivamente não serem contemplados aqueles que estão inscritos.

Obrigada, Deputada Anilcéia Machado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Sras. e Srs. Deputados, vou conceder mais alguns minutos para que V.Exas. possam concluir as falações e, após, darei continuidade à nossa pauta,

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador.) - Deputada Anilcéia Machado, quero também me somar à iniciativa do Deputado João de Deus. Eles lá estão e esperam a definição da sua moradia durante esse tempo todo, quase dois anos, inclusive com promessas reiteradas.

A pior coisa, Deputado João de Deus, é a promessa reiterada que não se vê cumprida. Ela passa a expectativa de que algo vai se resolver, e pelo que está sendo dito aqui, pelos fatos que se apresentam, desde 2000 que esse processo vem sendo procrastinado. Realmente está havendo algum problema nessa questão das cooperativas. Não sabemos ainda o que é, mas cabe não só à Sra. Secretária vir a esta Casa prestar

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	35

esclarecimentos, como também cabe um processo de investigação mais profundo. Se realmente for verdade o que o Deputado João de Deus disse a respeito de favorecimentos, de pessoas que estão furando a fila e estão recebendo lotes antes daqueles que há muito tempo estão habilitados, além da Secretaria ser convocada, temos de fazer um processo de investigação.

Portanto, a ideia de uma CPI pode ser uma boa, porque a questão da terra pública é de grande importância nesta Casa. É fundamental que nós façamos uma análise criteriosa de tudo o que está acontecendo no tocante à questão das terras no Distrito Federal.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, acredito até que V.Exa. já tenha com isso esgotado os comunicados de Parlamentares, mas eu quis ouvir todos os colegas em relação a este tema pois o considero de tamanha relevância.

Entendo que, por parte do Governador Roriz, não haverá dificuldade alguma quanto aos esclarecimentos, porque S.Exa., quando trabalhou essa proposta, o fez para que todos fossem beneficiados pela ordem de prioridade, estabelecendo critérios que S.Exa. não mudou, além de manter aquele compromisso. Portanto, ao Governador devemos conferir todos os méritos pelo programa Habitacional de Baixa Renda no Distrito Federal.

Concordo que cabem alguns esclarecimentos às afirmações feitas aqui pelos Parlamentares, iniciadas pelo nobre colega, Deputado João de Deus. Dessa forma, quero apresentar uma proposta a V.Exas., se assim me permite o Secretário Parlamentar; ainda na semana que vem, de acordo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	36

com a agenda de V.Exas. nesta Casa, que possamos convidar a Secretaria de Habitação para trazer alguns esclarecimentos quanto ao funcionamento do programa e como está se dando a sua operacionalização. Creio que não haverá recusa quanto a esta disponibilidade de aqui trazer os esclarecimentos. Portanto, peço, nesta primeira oportunidade, a compreensão de todos para que haja um convite à Sra, Secretária, Após isso, se V.Exas. entenderem que as explicações não são satisfatórias, caberá a este Colegiado adotar outras providências.

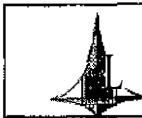
Além disso, quero fazer uma observação quanto ao convite encaminhado ao Deputado Chico Floresta para comparecer à Comissão de Sindicância instalada na Regional do Gama.

Quero entender o fato, Deputado Chico Floresta. Entendo que ocorreu um equívoco. Estaremos nos reportando ao órgão competente para que haja uma retratação do procedimento a ser adotado no caso de um parlamentar. Independente de ser o parlamentar da bancada governista ou da bancada de oposição, estaremos encaminhando o procedimento correto a ser adotado quando se tratar de um convite a um parlamentar desta Casa.

É esta satisfação que eu gostaria de dar a V.Exa., Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra,

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputado João de Deus, V.Exa. é um lutador das causas justas, mas a Deputada Eurides Brito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	37

está, com toda a razão, se queixando do período que ficou aguardando o pronunciamento dos demais Parlamentares.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação.

Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente. Acho que esse meu muito obrigada vai em nome de uma casta que está se formando aqui daqueles "sem voz", porque as sessões estão se encaminhando de tal forma que, no horário reservado aos Comunicados de Parlamentares, os Parlamentares que não ocupam liderança nos seus respectivos partidos já estão ficando na Casa sem o direito à voz. Mas eu tentarei ser breve, obedecendo o meu período, dispensando, portanto, as saudações. Quero que todos os colegas, todos os membros de comunidades presentes e a imprensa sintam-se realmente saudados.

Quero dizer a nossa Líder que S.Exa. tomou uma interessante atitude ao ouvir o que acontece exatamente no programa habitacional, programa que envolve as pessoas que estão nos assistindo das galerias. Trata-se de um problema que precisa ser esclarecido, que não interessa somente a eles, mas principalmente a todos os Parlamentares, para que dúvidas não existam sobre os programas habitacionais governamentais. Caso desvios existam, que sejam comprovados e as pessoas responsáveis sejam punidas, pois é preciso, realmente, que a população tenha uma solução para o problema habitacional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	38

Sr. Presidente, há três assuntos que me dizem respeito bem de perto. Ontem, durante a sessão, fiquei sentada deste lado do plenário e, ao sair da **sessão**, fui abordada por uma pessoa - não sei se era um assessor da **Casa**, ou visitante, não sei dizer, pois isso aconteceu na saída para a garagem -, que disse: "Como é, mudou de lado?" Eu troquei o meu assento daquele lado para este lado. Eu gostaria de dizer que mudei a conselho da segurança desta Casa. Estou me sentando na última fila para me sentir mais segura, para eu não ser surpreendida, de uma hora para outra, com algum tipo de agressão.

Esse foi o motivo pelo qual mudei de lugar no plenário. Eu quero agradecer pelo cuidado que os seguranças têm demonstrado, de uma forma muito carinhosa para mim. Isso ocorreu principalmente desde o momento em que, na **rodoviária**, foram distribuídos centenas de milhares de panfletos como estes que apontam a mim e ao Deputado Vigão como sendo os autores da prisão do Deputado José Edmar.

Sr. Presidente, eu gostaria também, neste momento, de comunicar que tomei, evidentemente, as providências judiciais da devida interpelação. Eu preferi usar o caminho da Justiça para interpelar, até porque se algum delito eu tiver cometido ou se algum delito eu venha a cometer - eu não sou uma pessoa excepcional - tenho que passar pelos trâmites de julgamento como qualquer pessoa. Agora, não podemos aceitar agressões gratuitas e deixar que as reputações das pessoas sejam colocadas em jogo. Mais do que a reputação, é o caráter das pessoas, pois eu faço diferença entre reputação e caráter: a reputação, eu entendo ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	39

aquilo que as pessoas pensam a meu respeito; o caráter, entendo que é aquilo que Deus sabe que eu sou. Às vezes, as pessoas têm excelente reputação, mas no escuro não são aquilo que sua reputação indica. Então, esta é a razão pela qual eu troquei de lado: para a minha própria segurança pessoal.

O que é pior, Sr. Presidente, tenho tomado conhecimento - e vou me aprofundar no tema - de que inquéritos outros tramitam na Polícia Civil do Distrito Federal sobre temática locais, com depoentes ligados a Parlamentares. Mas eu ainda não posso falar claramente. Quando eu tiver a elucidação, trarei a este Colegiado. Incluem também em seus depoimentos nomes de Parlamentares para dizer: "Vamos botar areia no ventilador e dizer que todos estão realmente implicados em alguma coisa. Portanto, ninguém será capaz de julgar coisa alguma dentro dessa Casa legislativa".

A informação que tenho, que carece ser prestada, é de que, num dos recentes depoimentos - que não está relacionado ao caso do Deputado Carlos Xavier -, já usaram um elemento que não tem currículo, mas prontuário, para me colocar em uma confusão. Até quero que isso seja verdade - que tenham tentado me envolver - para acabarmos com esse tipo de ameaça! Porque isso é um tipo de ameaça: "Ponha Fulano que é para calar a voz ou a atitude dele". Comigo isso não vai acontecer. Eu procuro ser compatível com meu caráter, com minha reputação.

Sr. Presidente, ontem fiquei absolutamente catada. Eu achei que estávamos num ambiente de tanta excitação, de tantos problemas, que optei pelo silêncio, que falaria mais do que palavras. Mas quero dizer que desafio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	40

qualquer Deputado, seja da bancada do Governo, seja da bancada da oposição, a provar que eu aliciei algum voto em relação aos projetos dos planos de carreira. Não o fiz porque essa não é a minha postura. Eu apenas não escondi meu posicionamento das pessoas a quem eu deveria dizer como votaria: o Sr. Secretário de Relações Institucionais com esta Casa, José Flávio, e a Sra. Líder do Governo, Deputada Anilcéia Machado. Essas foram as duas pessoas a quem eu disse como eu votaria. Assim é o meu caráter.

Eu não queria que amanhã alguma coisa ficasse sob suspeita relacionada a como eu votei. Na condição de Líder do Governo no ano passado, já que o meu nome surgiu várias vezes nos discursos dos Parlamentares, e eu preferi não me manifestar, quero dizer, nesta tarde, que nunca fiz acordo sozinha. Nunca. Sob nenhum aspecto. Eu nunca fiz acordo sozinha. E tenho certeza, pelo que conheço do Governador Roriz e pelo tempo que trabalhei com S.Exa., de que as pessoas que vieram aqui negociar, enviadas realmente por Secretarias, na verdade vieram sem saber o que negociariam. Porque dessas mesmas Secretarias é que vão as justificativas para os vetos para o Sr. Governador - eu já trabalhei no Executivo e sei disso. O Sr. Governador trabalha em equipe e aceita os vetos que lhe encaminham os setores competentes.

Portanto, os acordos que eu fiz nesta Casa não foram "acordos Eurides Brito". Foram acordos de uma equipe governamental. Minha postura não foi a de aliciar realmente nenhum voto. Se quando os projetos chegaram às instâncias superiores estas viram que algo não podia ser feito, a culpa

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	41

não foi desta Líder. A culpa é de quem ajudou naquelas negociações da parte do Executivo. Até porque, naquela ocasião, eu não o integrava, era como que um “meio-de-campo”, um elemento de ligação.

Para concluir, Sr. Presidente, eu digo o seguinte; tenho muita pena de não ter tido o brilhantismo que teve o Deputado Federal Miro Teixeira ao criar uma frase que considero antológica e que pedirei emprestada a S.Exa. para usar neste momento e sempre que precisar. Ao deixar a Liderança do Governo, depois de dois meses nessa atribuição, S.Exa. disse: "Nesse período, eu degluti muitos sapos, com diferentes sabores". Eu poderia também dizer que aquele foi um ano em que eu degluti muitos sapos, com diferentes sabores. Mas o caráter com que eu entrei é o mesmo caráter com o qual eu saí e com o qual eu viverei cada um dos meus dias nesta Casa, enquanto eu tiver a confiança da população do Distrito Federal para o exercício de um mandato parlamentar.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Eu gostaria de trazer à Deputada Eurides Brito nossa solidariedade no que se refere à utilização indevida ou às armações que muitas vezes se constróem para envolver Parlamentares em ilícitos nos quais efetivamente não têm nenhuma participação.

Quero dizer a V.Exa., Deputada Eurides Brito, e aos demais Deputados que eu tenho informação semelhante, de que se trabalha de fato com essa tática, inclusive envolvendo o meu nome. Assim, quero de antemão anunciar aos Srs. Parlamentares que trabalham tanto com o nome

 CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	42

da Deputada Eurides Brito quanto com o meu, coisa que ainda poderá acontecer com os demais Parlamentares. Essas são armações preparadas para mostrar que todo mundo aqui é igual; mas efetivamente ninguém é igual a ninguém.

Por isso, presto minha solidariedade à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu, eu quero dizer a V.Exa. que a nossa luta não vai parar.

Independentemente de estarmos ou não nesta Casa do povo, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, vamos, sim, lutar por essas pessoas que trabalham quarenta, cinquenta e sessenta horas semanais em prol da Segurança Pública no Distrito Federal,

Muitos Deputados comentaram esta denúncia que trouxemos para a Câmara Legislativa: pessoas que formalizaram documentos no Idhab em 2002 receberam seus lotes em 2003, preterindo, assim, pessoas que entregaram seus documentos no ano de 2000 e 2001. Estes ainda estão no cartório de distribuição, com todo o crivo cartorial pronto. São mais de dois mil policiais e bombeiros que estão nessa situação.

Sr. Presidente, quanto a essa denúncia que eu trouxe em favor dos meus companheiros policiais e bombeiros que ali estão, independente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	43

de terem votado em mim ou não, eu acredito ser esta a minha obrigação como representante do povo, como representante deles: denunciar. Qualquer que seja a irregularidade que venha a prejudicar o povo do Distrito Federal, e em particular os meus companheiros policiais e bombeiros, é uma obrigação minha denunciar.

Sou Primeiro Suplente de Deputado, Sr. Presidente. Eu não sou escravo nem vou ser nunca.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra,

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvir as palavras da Deputada Eurides Brito. Ontem, eu disse da tribuna que nós tínhamos feito um acordo para a votação dos planos de carreira e que eu não esperaria outra voz, outra atitude por parte da Deputada Eurides Brito a não ser confirmar o que efetivamente nós fizemos. S.Exa. honra a sua parte no acordo feito, que não foi feito em seu nome, foi feito efetivamente com a bancada de oposição. V.Exa. participou, Sr. Presidente, como integrante da CAF, de toda aquela discussão, juntamente com a Deputada Aríete Sampaio, com a Deputada Eurides Brito e comigo. Eu participei diretamente, por ter sido Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores à época.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	44

Agora, acho muito grave o que acontece nesta Casa hoje, quinta-feira, 1º de abril: o esvaziamento proposital do *quorum* neste plenário para não encarar uma situação real, que é a votação dos vetos do plano de carreira, que estão aí e precisam ser derrubados, sob pena de, neste Parlamento, a palavra não valer mais nada. E Parlamento em que a palavra não vale não existe.

Nós negociamos tanto - e está ali o Secretário José Flávio - no ano passado e sempre honramos a palavra. Como é que ficará este ano? A palavra não vale mais nada? Discutem-se, afetam-se as coisas, e depois não vale mais nada? Ele sempre honrou a palavra dele. Espero que continue valendo, sob pena de não ter mais sentido o funcionamento desta Casa.

A verdade, Deputado Paulo Tadeu, é que já estamos no mês de abril. Pergunto: de janeiro até agora, o que nós produzimos? O que fizemos? Estamos indo para onde? Cada dia acontece um escândalo maior. Como é que fica? Para onde vamos?

Até agora estamos aqui os sete Deputados de oposição. V.Exa. está presidindo, Deputado Paulo Tadeu, e nós aqui estamos tentando dar *quorum*. Eu também não ficarei mais aqui. Todos os dias venho para cá, sento-me nessa bendita cadeira e fico aqui aguardando. Também não aguardarei mais. Procurarei outras coisas para fazer.

Lamento que os professores estejam aqui esperando desde ontem. Quem sabe, na próxima semana, eles promovam um novo acampamento aqui na porta para se votarem os vetos. Já que eles fizeram

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DETAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01/04/04	15h	ORDINÁRIA	45

um acampamento para se votarem os planos de carreira, talvez tenham de fazer um acampamento agora para se derrubarem os vetos.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra,

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu constato que esta ala do plenário está completamente esvaziada e que, à exceção da Deputada Eurides Brito e do Deputado Gim Argello, que acaba de entrar no recinto, os únicos parlamentares presentes são exatamente os deputados de oposição. Pelo que estou entendendo, não há nenhuma intenção de votar os vetos hoje. Espero que isso sinalize para uma mudança de posição da bancada do Governo, para que, no momento em que eles vierem para o plenário dispostos a votar, votem pela derrubada dos vetos e pela validação dos acordos feitos no ano passado.

Então, Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que encerre a presente sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Acatarei a solicitação da Deputada Aríete Sampaio. Em comum acordo com o Deputado Gim Argello, Vice-Presidente da Casa, encerrarei a presente sessão ordinária.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h03min.)